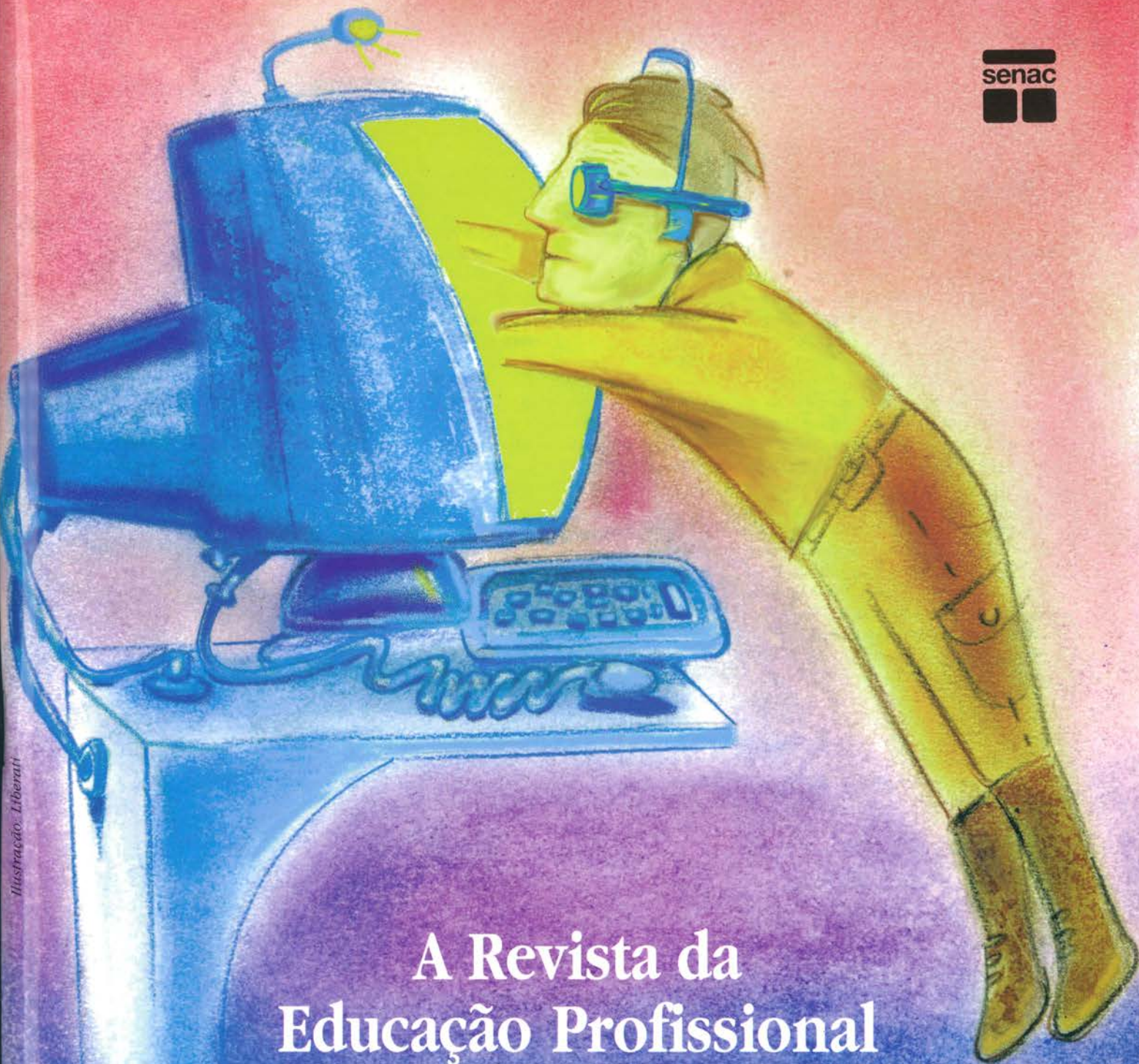


BOLETIM TÉCNICO DO SENAC

Volume 26 nº 3 set./dez 2000

ISSN 0102-549X



A Revista da
Educação Profissional

Educação e políticas públicas: questões para o debate

Rosa Elisa M. Barone*

A proposta de discutir o tema da educação no quadro das políticas públicas contemporâneas nos conduz a recuperar não apenas questões ligadas à definição, manutenção e/ou (re)direcionamento das políticas em curso, mas, e sobretudo, nos obriga a reconstruir, mesmo que parcialmente, as ligações entre o contexto socioprodutivo e político brasileiro e as concepções neoliberais gestadas no âmbito internacional. São questões estreitamente vinculadas às políticas educacionais, que vêm sendo implantadas no país e, em âmbito mais geral, à definição e promoção das políticas sociais.

Qual é o impacto da adoção das proposições sociopolíticas identificadas com o ideário neoliberal na conformação das políticas sociais e públicas? De que forma esse ideário está presente no campo da educação? Quais são os desdobramentos da adoção dos princípios neoliberais na política de educação do país? Essas são algumas das questões que constituem o pano de fundo de nossa reflexão.

Partimos da idéia de que o quadro sócio-político e econômico desenhado desde meados dos anos 70 tem implicado a definição das políticas sociais, a relação entre o público e o privado, os debates sobre a redefinição do papel do Estado, tocando na problemática do emprego e desemprego. De forma ampla esses temas têm lugar de destaque nos debates e proposições feitas por agências e organismos internacionais; estão na agenda de debates de diferentes setores e segmentos da sociedade e interagem com as políticas educacionais, sobretudo dos países em desenvolvimento.

Para o campo da educação, como decorrência das solicitações que emergem desse cenário em mudança, parece que se definem vínculos quase lineares e relações de causa-efeito entre o nível e grau de escolaridade da população e a sua capacidade de entrar e permanecer no mercado de trabalho, bem como com o seu desempenho produtivo. Trata-se de novas solicitações feitas à educação e à escola, à comunidade, aos trabalhadores, tendo

Socióloga, Doutora em Educação (PUC-SP). Núcleo de Gestão Pública, UNIEMP - Fórum Permanente das Relações Universidade e Empresa. Recebido em 13/05/99. E-mail: rebarone@uol.com.br

em vista a busca de maior produtividade, qualidade e competitividade, marcas de uma economia de mercado em crescente processo de globalização. Muitas vezes identificado com a conformação de uma "nova ordem" mundial, esse processo, que não é novo, redefine os conceitos de espaço e tempo a partir, principalmente, das tecnologias baseadas na microinformática.

Ao mesmo tempo, mudam as demandas do trabalho, muda o perfil do emprego, busca-se um trabalhador conectado ao processo de mudança. A exigência de adquirir a capacidade de adaptação às mudanças, de compreender os novos processos técnicos decorrentes das novas tecnologias, de saber comunicar-se de forma eficiente, são requisitos que se impõem, confirmando uma lógica que privilegia a capacidade de as pessoas se adequarem às novas situações, sobretudo no que diz respeito ao aprendizado contínuo.

Para dar conta de nossa proposta, apresentamos, de forma panorâmica, algumas das mudanças sociopolíticas e econômicas em curso nos últimos anos e suas implicações nas políticas sociais e públicas. Destacamos a emergência de uma nova dinâmica na relação entre os setores público e privado, amplamente respaldada pelo discurso elaborado pelos organismos e agências internacionais, bem como a forma como tal dinâmica tem impactado o campo da educação. Nesta direção, recuperamos alguns dos principais temas que vêm

compondo a agenda de debates sobre a educação no país ao longo dos anos 80 e 90, destacando as ações que neste final de década orientam a implantação da reforma educacional em curso no Brasil. Por fim, a partir da crítica que vem sendo feita a tais proposições, procuramos destacar questões que permanecem em debate e, sobretudo, ainda longe de qualquer conclusão.

A "nova ordem" mundial e suas implicações

Algumas reflexões

A utilização do termo "nova ordem" mundial para designar o cenário sociopolítico e econômico contemporâneo está intimamente relacionada às grandes mudanças que estão sendo desencadeadas no mundo ao longo das últimas décadas e que ganharam corpo principalmente nos anos 90. Um conjunto de situações "novas" estariam a exigir "novas" ações e políticas e até mesmo um "novo olhar" sobre o mundo. A internacionalização, mundialização e globalização dos mercados econômicos, a tendência de redefinição do papel do Estado e as decorrências das transformações tecnológicas e organizacionais estão na base do quadro, produzindo diferentes impactos no campo das políticas sociais e públicas.

No tocante ao processo de globalização da economia um dos impactos mais marcantes refere-se à diluição da identidade nacional dos países, expressa na definição de "novos" campos de atuação que independem dos limites geopolíticos anteriormente definidos. Emerge uma figura volátil denominada por Chomski de "novos senhores do mundo" que se manifesta, sobretudo, no crescimento da importância das agências de cooperação e/ou dos organismos financeiros internacionais e na definição de grupos de países já hegemônicos.

Ainda na perspectiva de redimensionamento do capitalismo contemporâneo, destaca-se a nova configuração do globo entre Norte (países desenvolvidos) e Sul (países em desenvolvimento), no lugar da contraposição entre países do Ocidente e do Leste europeu, que até o final dos anos 80 era a expressão da "Guerra Fria". A hegemonia dos países do Norte está claramente presente na definição do G-7 que, por suposto, detém o controle dos organismos financeiros internacionais e impõe diretrizes aos demais. Ao mesmo tempo, constituem-se os blocos - Nafta, União Européia, Mercosul - com desdobramentos no campo propriamente produtivo.

Inúmeras são as manifestações deste fenômeno que, se não é novo, assume a feição de novo por sua velocidade, abrangência e, particularmente, por uma nova dimensão do tempo e espaço. O crescimento econômico do Sudeste asiático e a emergência dos chamados "tigres asiáticos" são emblemáticos. Orientados pelo ideário do capital difundido pelas agências de desenvolvimento internacional, esses países passaram a condição de "meca" da produção industrial mundial, gradualmente pulverizada. Oferecendo condições favoráveis ao capital, tais como uma força de trabalho mais barata, diminuição de impostos e grandes incentivos governamentais, inexpressividade da ação sindical e legislação trabalhista flexível, trabalhadores com uma boa formação escolar, esses países proporcionaram uma situação privilegiada para que os preceitos do processo de globalização dos mercados se efetivassem.

Quanto à redefinição do papel do Estado, verifica-se a confluência de um conjunto de determinantes históricos que tocam, sobremaneira, o tema das políticas sociais nesse final de século. Nesta perspectiva, podemos dizer que ao longo da década de 70 os países, tanto desenvolvidos quanto aqueles em desenvolvimento, dentre eles os países da América Latina, vivenciaram uma profunda redefinição do papel do Estado no campo social.

... Essa redefinição está associada, *...*, à crise do Welfare State e a uma profunda redefinição do papel do Estado. Com essa redefinição se constituiu uma agenda de reformas, de inspiração neoliberal, que aponta para novas formas de resolução da crise. Tal agenda, na esfera da política social, está centrada em um conjunto articulado de proposições. Em primeiro lugar visa redefinir o balanço entre as esferas pública e privada, via redução da intervenção do Estado na esfera de bens e serviços de natureza social. À esfera pública caberia uma ação direcionada para os grupos sociais impossibilitados de responder às ofertas de mercado para o provimento destes serviços. Em segundo lugar, a oferta pública deveria assumir a qualificação simplificada e de baixo custo para assegurar maior abrangência e maior eficácia na relação custo/benefício. Ainda nessa linha busca-se instituir mecanismos de controle e recuperação de custos, como, por exemplo, a cobrança de taxas seletivas. Em terceiro, o estímulo à privatização através de fomento ao mercado de assistência médica voltado para empresas e assalariados de média e alta rendas, bem como à privatização da previdência social.

Em seu conjunto essas mudanças foram reforçadas no início dos anos 90, através do que se denominou Consenso de Washington. Há um casamento entre as proposições elaboradas pelos organismos internacionais e o "receituário" difundido nos países em desenvolvimento, ou "emergentes". Ainda que as mudanças sugeridas sejam questionáveis, quer do ponto de vista da "novidade" quer da sua eficácia, não há como negar a importância que os organismos internacionais ganharam, sobretudo quando passaram a reforçar o papel já exercido pelos países desenvolvidos. Como um dos desdobramentos dessas mudanças consolidou-se

/... tanto nos países avançados como nos países em desenvolvimento, a imagem do Estado como problema, estabelecendo-se uma polarização Estado–mercado, em que, em contraposição ao mercado, tido como eficiente, ágil e capaz de oferecer produtos e serviços de qualidade, o Estado passou a ser visto como ineficiente, incapaz e provedor de serviços de baixa qualidade.

Ademais, em um cenário que aponta como alternativa para o Estado seu distanciamento ou sua "saída" das questões afeitas ao mercado e à proposição de políticas sociais, a história recente apresenta exemplos que permitem questionamentos sobre o modelo em pauta. Países como Inglaterra, de Margareth Thatcher, e Estados Unidos, de Ronald Reagan, que foram emblemáticos na condução de políticas econômicas fortemente marcadas pelos preceitos neoliberais expressos na diminuição dos gastos sociais, nos processos de privatização, dentre outros, vêm anunciando uma tendência de recomposição das orientações do Welfare State. Para o caso específico da Inglaterra destaca-se o desenho de um "novo" modelo que vem sendo denominado de Terceira Via.

Outro aspecto integrante da idéia da "nova ordem" mundial refere-se à revolução tecnológica em curso e às múltiplas questões dela decorrentes. Ao mesmo tempo em que estamos diante de uma nova dinâmica do processo produtivo e organizacional, com impactos no aumento da produção e da produtividade, quando se produz mais, em menor tempo e com menor número de trabalhadores, defrontamo-nos com um dos mais sérios dramas do mundo contemporâneo – a ampliação veloz e em escala mundial do desemprego.

É parte desse cenário produtivo a solicitação de uma força de trabalho mais qualificada e apta a "aprender a aprender" as novas qualificações que vão sendo forjadas. Ao mesmo tempo, novas competências são exigidas para a vida em sociedade. Demanda-se uma força de trabalho com características diversas daquelas exigidas pelos modelos produtivos de base taylorista/fordista, pois o momento atual requer um trabalhador que vá além da simples execução de tarefas. De um lado, solicita-se o cumprimento de funções mais cerebrais – raciocínio lógico, resolução de questões e problemas que surgem no cotidiano do trabalho, disposição de estar sempre aprendendo - e, de outro, cobra-se um novo padrão atitudinal – uma força de trabalho cooperativa, que tenha autonomia, seja comunicativa e, sobretudo, que se identifique com a empresa. Insere-se nesse contexto o tema da educação. Insistentemente presente no discurso de amplos e diferentes segmentos da sociedade, atribui-se, sobretudo à educação básica de caráter geral, o papel estratégico de promover o desenvolvimento das novas capacidades requeridas do trabalhador.

O Cenário Global e as Políticas Públicas e Sociais

O cenário global, tal como apresentamos, sugere diferentes e inúmeras análises, reflexões e críticas. Uma das críticas enfatiza os desdobramentos do modelo de ajuste estrutural para os países em desenvolvimento – a ampliação do apartheid social, com a ampliação do fosso entre os países; a imposição de processos de modernização aos países em desenvolvimento, através da absorção de novas tecnologias, sob o risco de reforçarem sua exclusão; a definição de uma agenda educacional que privilegie o suprimimento das necessidades identificadas como barreiras à maior produtividade e qualidade do produto. Esta análise destaca o fortalecimento do indivíduo como ator central da história e em relação ao coletivo, e o privilégio concedido à iniciativa privada, à livre concorrência e às leis do mercado.

Cabe ao Estado, nesse processo de readequação das diferentes forças, desempenhar ações de caráter compensatório. Junto com a definição de novas relações entre o público e o privado, as medidas compensatórias cristalizam-se em uma nova estrutura de relações sociais. Como parte da política de compensação dos ajustes econômicos implementados foram criados os "fundos" destinados ao financiamento de programas sociais, visando garantir uma estrutura institucional que propiciasse a superação de problemas históricos da política social da América Latina. Acreditava-se que os problemas podiam ser solucionados com uma coordenação intersetorial, com a convergência orçamentária e com um sistema de informações e avaliações dos diferentes programas. Neste sentido, buscou-se

.../ abandonar a configuração estatal-monopólica na formulação e na administração dos serviços sociais, por meio de mecanismos flexíveis de dotação de recursos, particularmente os resultantes em bem-estar, que assegurassem uma descentralização efetiva dos serviços. Pensava-se em um modelo 'pluralista' de política social .../ que reconhecesse as vantagens pluralistas do setor privado, o setor não-governamental e outros que exercem efeito sobre o bem-estar, como a família, organizados em um sistema com capacidade de resolver os problemas concretos da população.

Em sua prática, no entanto, os fundos acabaram se portando diferentemente do prescrito, constituindo-se em um mecanismo paralelo à administração pública dos setores sociais. Segundo a avaliação de Bustelo, enquanto os gastos com os setores sociais foram diminuídos, aqueles previstos para os fundos, vinculados diretamente ao poder executivo federal, passaram a contar com mais verbas e, sobretudo, com maior agilidade em seu uso. Além do que os fundos são também mecanismos eficazes para captar solidariedade externa para o pagamento da dívida com os bancos privados internacionais.

O conjunto desses aspectos, na prática, reforça a vulnerabilidade dos países em desenvolvimento em relação à definição de suas políticas públicas. Para os países da América Latina, e para o Brasil em particular, contrariando os ganhos advindos da Constituição de 1988, ao longo dos anos 90 verifica-se que

.../ o desmonte da já precária estrutura de proteção social ocorre concomitantemente aos efeitos dos programas de ajuste macroeconômico. A receita neoliberal aplicada desigualmente no cenário latino-americano tem os mesmos referenciais de ação: privatização, descentralização, localização e programas sociais de emergência, sendo que o modelo chileno é apresentado como paradigma a ser seguido em virtude de seu 'êxito' na reformulação do papel do Estado.

Nesta mesma direção, podemos destacar que o cenário pós-Constituição de 1988 vem sendo fortemente marcado pela presença de políticas sociais sem direitos sociais, como bem identifica Vieira. Concordamos com a avaliação do referido autor ao mostrar que ao longo de sua história o país vem se defrontando com a constante intervenção estatal no âmbito das políticas sociais. Ao mesmo tempo, o Estado tem funcionado como salvaguarda dos detentores de capital, ainda que em muitos momentos sua presença tenha sido repudiada, em nome dos interesses do mercado. No quadro atual, de desemprego crescente e de privações ilimitadas, a intervenção do Estado é condição essencial para garantir os direitos sociais contidos na Carta de 88, buscando construir a segurança social no Brasil, e "não o Estado do bem-estar social que o passado não concretizou aqui".

Ao mesmo tempo em que o debate sobre a presença estatal na economia e nas políticas sociais ganha corpo, assiste-se a um intenso crescimento das ações sociais propostas no âmbito da iniciativa privada.

A Ampliação do Setor Privado no Campo das Políticas Sociais

O debate sobre o novo caráter e perfil das políticas sociais vem tendo eco entre os diferentes segmentos da sociedade civil e da iniciativa privada. Cresce a importância e atenção dadas às organizações não-governamentais, interlocutoras privilegiadas para o diálogo entre as instâncias do governo e os interesses da sociedade, propondo uma reflexão política de fundo sobre o público e o privado. Cresce a participação da iniciativa privada no campo das políticas sociais, sobretudo aquelas ligadas à educação e ao meio ambiente. Na sua prática, o crescimento das iniciativas sociais a partir do setor privado e do capital, recupera e repagina as idéias de assistência e filantropia. São ações que se difundem em conjunto com as críticas ao esgarçamento das políticas sociais públicas.

Dentre as ações e práticas gestadas no âmbito da iniciativa privada, destaca-se o desenvolvimento da noção de responsabilidade social difundida por empresários considerados progressistas. Importado dos Estados Unidos, o conceito de responsabilidade social diz respeito aos valores éticos, às pessoas, à comunidade e ao meio ambiente, aspectos considerados estratégicos para o sucesso das empresas no cenário contemporâneo. A idéia de responsabilidade social vincula-se, ainda, ao crescimento do "terceiro setor", da organização (espontânea) da sociedade civil para o trato de temas públicos. Segundo essa perspectiva não cabe às empresas apenas

.../ discutir a relevância da participação do mercado, do mundo empresarial no enfrentamento dos desafios que encaramos todos nesta virada de século. Os problemas de iniquidade na distribuição da renda, do desemprego, da fome, da violência, entre outros, são muito complexos e não nos deixam outra alternativa que a do engajamento de todos os setores da sociedade no seu combate. .../ Ética, visão de

mundo, transparência, responsabilidade para com o ambiente e a comunidade passam a ser, a cada dia, atributos mais relevantes para a conquista da lealdade de consumidores e conseqüente rentabilidade nos negócios. Na atração de recursos humanos diferenciados, fator crítico para a competitividade das empresas, o fenômeno se repete. Trabalhadores talentosos, criativos e envolvidos, capazes de criar valor para consumidores e acionistas, exigem outro tipo de ambiente de trabalho: aberto, participativo, transparente, em que o respeito às pessoas, ao indivíduo e suas relações esteja presente. Na qual a recompensa material é apenas um dos dados do jogo.

Nos últimos anos essas idéias vêm se materializando através de iniciativas privadas no campo da educação básica pública. As propostas de "adoção" de escolas públicas, uma união entre as empresas e as escolas, já contam com muitos adeptos e reiteram o pressuposto neoliberal de que o Estado seria inoperante na gestão escolar. É também neste contexto que se insere a determinação de um número crescente de empresas de assumir para si a tarefa de promover a escolarização de seus trabalhadores, levando a escola para o chão de fábrica. Esse movimento demonstra que a educação contínua e interna ao mundo do trabalho não é mais uma atividade episódica no cotidiano das empresas, mas, e sobretudo, é parte integrante para a elaboração de um planejamento estratégico". Em síntese, podemos dizer que em um contexto marcado por

.../ novas relações entre o público e o privado e de desregulações importantes, cabem muitas dúvidas sobre as energias e vitalidade social do setor privado para assumir a liderança de um novo estilo de crescimento .../. Na verdade, é este setor que deve realizar os investimentos produtivos necessários, aumentando a produtividade do capital, realizando crescente incorporação tecnológica e substituindo o consumo extravagante. A experiência regional mostra um ator econômico muito diferente em transformação: empresários acostumados a operar em mercados protegidos e/ou altamente subsidiados, buscando a rentabilidade imediata e a recuperação do investimento a curto prazo. Converteram-se eles ao novo credo do risco, do investimento produtivo a médio prazo, da maior competitividade baseada em crescente produtividade?

Para além das questões sugeridas é preciso destacar que começa a ganhar espaço neste final de década, um conjunto de indagações formuladas por técnicos responsáveis, em grande medida, pelo receituário internacional proposto aos países emergentes, colocando em "xeque" muitas das propostas neoliberais. O recente discurso que vem sendo divulgado por dirigentes do Banco Mundial é sugestivo e permite algumas considerações.

Uma "Crítica" que vem de dentro e o Desenho do "Pós-Consenso".

Ainda que seja extremamente prematuro elaborar qualquer avaliação, começa a emergir um discurso que sugere a reconfiguração das proposições originadas dos organismos e agências internacionais. Ocorre que neste final de década, um grande número de países, particularmente os "emergentes" e aqueles que foram objeto de ajustes estruturais propostos pelos organismos financeiros internacionais, estão vivenciando um quadro de profunda crise financeira e, o pior, sem ter solucionado ou minimizado os problemas sociais e a pobreza, são países que sofrem as implicações do crescente desemprego.

Esse é um dos fatores que está orientando a crítica ao conjunto de princípios anteriormente firmados, colocando em "xeque" os preceitos até então defendidos pelos organismos internacionais. Curiosamente, parte da crítica ao modelo neoliberal foi gestada dentro de instituições que conceberam e impuseram tal modelo, dentre elas o Banco Mundial. O Consenso de Washington, sinônimo das medidas neoliberais voltadas para a reforma e a estabilização das economias "emergentes", principalmente da América Latina, estaria em crise, assim como grande parte dos países que se dispuseram a executar as tarefas que lhes foram passadas. Com a suposta preocupação de dar respostas às questões vitais para o desenvolvimento dos países e redefinir o percurso, técnicos do Banco Mundial percorrem o mundo apresentando um "novo ideário" que, crítico àquele difundido nos anos 80, parece estabelecer a noção de um "pós-consenso de Washington".

Três pontos orientam esse recente debate: o sucesso da China, a reviravolta tecnológica dos EUA e o colapso financeiro do Sudeste asiático. Há uma cobrança, interna ao próprio Banco Mundial, para que se formulem propostas que reconheçam o papel do Estado e os riscos das privatizações, bem como para que os países adotem uma atitude mais cautelosa no campo da liberalização dos fluxos de capital. A despeito da crise financeira instaurada entre os países do Sudeste asiático, nos países que seguiram o receituário dos organismos financeiros internacionais chama-se a atenção para a importância das lições do seu período de sucesso. Segundo a avaliação do Banco Mundial, sem dúvida questionável, a superação da miséria, a incorporação do progresso tecnológico e a criação de instituições de promoção do desenvolvimento em

vários países da Ásia continuariam, apesar da crise, entre algumas das mais significativas conquistas do século XX.

Para a formulação de um "novo consenso" destaca-se a inclusão de aspectos relativos ao desenvolvimento humano, à educação, à tecnologia e ao meio ambiente. Solicita-se a ampliação das medidas econômicas que objetivem o desenvolvimento sustentável, igualitário e democrático. Há, ainda, uma relativização da luta contra a inflação, ponto que toca de perto os países da América Latina. Competitividade, equidade, democracia, alternativas ao crescimento, desenvolvimento humano, são algumas das palavras-chave que permanecem presentes e permitem questionar o "novo" que se sugere, uma vez que a hegemonia dos países desenvolvidos não está afetada. Em síntese, há um discurso que busca recuperar a importância de investimentos em políticas sociais, reiterando e reforçando os preceitos políticos definidos como "Terceira Via".

Ao mesmo tempo em que os organismos internacionais recolocam a importância do Estado na proposição e manutenção de políticas públicas, as práticas cotidianas nos permitem inferir que, na verdade, estamos diante de uma roupagem "nova" para o tratamento de "velhas" questões. É preciso não esquecer que os países em desenvolvimento, para melhorar, quer a equidade quer a igualdade, necessitam, além de crescimento econômico, de

.../ políticas sociais que atuem sobre a distribuição da renda e da riqueza. Em outras palavras, são necessárias políticas sociais, e não apenas políticas de combate ou redução da pobreza; políticas que tenham uma preocupação com os equilíbrios sociais e econômicos .../.

Em seu conjunto, o modelo de crescimento definido para os países em desenvolvimento tem produzido impactos no campo da educação. No âmbito mais geral, as diretrizes para a educação manifestam-se em diferentes tópicos da política educacional vigente. Destacam-se a ênfase no ensino básico para crianças, a descentralização, o financiamento, o modelo de gestão e o incentivo à participação da iniciativa privada, o sistema de avaliação, dentre outros. No tocante à educação de jovens e adultos, há um discurso que embora considere essencial solucionar o problema, transfere para o âmbito da sociedade civil e da iniciativa privada a tarefa de propor e implementar programas. Ademais, a essa modalidade educativa confere-se o estatuto de política compensatória, assistencial, mantendo-a à margem do sistema educacional como um todo. A seguir, procuramos discutir o lugar da educação no debate a partir do ideário dos diferentes organismos e agências internacionais sobre a definição das políticas educacionais.

O "Lugar" da educação no debate contemporâneo

Ao longo da década de 90, a educação tem ocupado um lugar de destaque nos debates. Redescobre-se a centralidade da educação e a ela é conferido um lugar privilegiado nos processos de reestruturação produtiva, no desenvolvimento econômico e para inserção de grande parte da força de trabalho em uma sociedade permeada pelos códigos da modernidade.

De certo modo, há que se destacar, o processo de valorização da educação vem se mostrando impregnado por uma concepção alicerçada nos pressupostos da economia. Ou seja,

.../ educar para a competitividade, educar para o mercado, educar para incorporar o Brasil no contexto da globalização. Tal visão restrita acabou por deixar de lado muitos dos valores que anteriormente vinham informando o fazer educacional: educar para a cidadania, educar para a participação política, educar para construir cultura, educar para a vida em geral.

Ao mesmo tempo, não há como negar que estamos frente a um cenário marcado por novas e maiores exigências no que se refere à qualificação da força de trabalho. Há um consenso de que a solicitação de uma formação geral é demanda dos novos processos produtivos e da base informacional que marca a sociedade contemporânea. Parte significativa dos debates que ora se realizam entre os diferentes segmentos da sociedade civil, e que em larga medida vêm se materializando através de diferentes propostas e políticas educacionais governamentais, articula-se em torno dos pressupostos amplamente divulgados pelos organismos internacionais - Banco Mundial / BIRD, BID, CEPAL, ONU, UNESCO/OREALC.

Diante da significância atribuída às proposições emanadas desses organismos, destacamos algumas idéias centrais sobre o tema da educação.

Os Organismos Internacionais e a Definição da Agenda Educacional.

As proposições originadas dos diferentes organismos e agências internacionais têm como fonte inspiradora o modelo neoliberal e, no âmbito mais geral, estão pautadas por três mecanismos: o caráter indutor; a ênfase em um comportamento mimético, quando se sugere que modelos considerados bem sucedidos sejam repetidos; a busca de respaldo na comunidade acadêmica, produtora de conhecimento. Estes são mecanismos que permeiam as proposições que têm como eixo a educação básica, considerada central para a inserção dos países em desenvolvimento no cenário global. Destacamos algumas das linhas mestras presentes no "receituário" divulgado por essas instituições, sobretudo nesta década.

O Banco Mundial e sua proposta de educação

A proposta do Banco Mundial para a educação está baseada na geração de capital humano para o novo desenvolvimento, através de um modelo educativo destinado a transmitir habilidades formais de alta flexibilidade, concentrando-se em educação básica. Já em 1990, na sua proposta original *The Dividends of Learning* (Dividendos da Aprendizagem), o Banco Mundial, procurando justificar economicamente sua política de educação, considerava, de um lado, os resultados das pesquisas desenvolvidas com ênfase na escola e na aprendizagem e, assim, priorizava a educação primária e o contexto educativo. De outro, o Banco ressaltava que o investimento em educação poderia contribuir para satisfazer às solicitações de trabalhadores mais flexíveis e adaptáveis, com capacidade de aprender novas habilidades, ainda que os resultados até então observados a partir da efetivação de projetos centralizados na educação básica não pudessem ser claramente avaliados. Orientando-se pelos princípios de uma economia de mercado para tratar a educação, os técnicos do Banco concluem que é melhor investir na escola primária.

/.../ Para apoiar esta teoria utilizam-se estimativas – por meio de regressões estatísticas históricas – relativas ao aumento da renda de uma pessoa analfabeta (em cuja educação se investe determinada quantia), que seria proporcionalmente maior que o aumento de salário de um profissional com pós-graduação em cuja educação adicional fosse investido o mesmo montante. Por esta razão, o investimento na educação primária traria mais vantagens sociais do que na secundária e na superior, uma vez que, somando os maiores aumentos de rendas pessoais se conseguiria um incremento maior da renda nacional por unidade de valor adicional investida. Em análises deste tipo apóia-se a hipótese de que a vantagem 'social' coincidiria com a vantagem dos setores mais carentes.

É importante notar que o conceito de educação básica difundido pelo Banco Mundial está relacionado a oito anos de escola, os quais seriam capazes de proporcionar às crianças a aquisição do conhecimento, as habilidades e as atitudes essenciais para funcionar de maneira efetiva na sociedade. Assim, equipara-se o educativo ao escolar e trata-se fundamentalmente com crianças. A educação básica que se adquire em outras instâncias, como a família, a comunidade, o trabalho, ficam fora das propostas, que também não contemplam os programas de educação não-formal e de educação de adultos, o que expressa algumas das fragilidades do "ideário" apresentado.

Reitera-se a idéia de que a educação é elemento fundamental para a formação do "capital humano", adequado ao novo cenário produtivo. É preciso enfatizar, ainda, que em 1995, o Banco Mundial indicou a educação, sobretudo a educação básica, como chave para o aumento sustentável de taxas de crescimento econômico, para a superação das desigualdades e para a obtenção de um ambiente político estável.

É preciso ainda destacar que os pressupostos que têm orientado as ações do Banco Mundial reiteram a estreita relação entre educação e desenvolvimento econômico e, mais que isso, estão presentes na própria definição de proposições e projetos educacionais gestados nos âmbitos federal e estaduais. São esses projetos que habilitam os governos ao recebimento dos empréstimos. São esses projetos que veiculam o ideário do Banco e interagem com as políticas educacionais em curso.

Para o caso brasileiro, não é demais lembrar a reforma educacional que vem sendo promovida pelo Ministério da Educação.

/.../ Neste sentido, o caráter da reforma educacional está bastante afinado

com a reforma do Estado promovida pela área econômica e com suas orientações. O ministro vem mostrando bastante agilidade em cumprir os compromissos com o BIRD e o BID, e facilidade em obter os recursos para seus projetos, o que comprova as afinidades de orientações.

A perspectiva da CEPAL para a educação

O ideário da CEPAL, formulado por economistas, sociólogos, planejadores, dentre outros, reforça o discurso dos demais organismos internacionais ao enfatizar que "a transformação educativa passa a ser um fator fundamental tanto no exercício da moderna cidadania como para alcançar altos níveis de competitividade". Com o objetivo de integrar a América Latina ao panorama econômico internacional há uma aposta na difusão de um padrão de competitividade autêntica, em oposição à espúria que até então teria trazido vantagens econômicas aos países. Para isso, enfatiza-se a

.../ necessidade de elevar a competitividade através da incorporação do progresso técnico para todos os âmbitos do processo produtivo de modo a não basear a competitividade em baixos salários, nem na abundância dos recursos naturais, mas sim através de elementos básicos do desenvolvimento que são portadores do futuro: a produção, aprendizagem e difusão do conhecimento e a qualidade dos recursos humanos disponíveis.

Para dar conta de tais aspectos, a CEPAL apresenta a educação como mecanismo essencial e prioritário para assegurar o acesso universal aos códigos da modernidade. Aposta-se no domínio de um conjunto de conhecimentos e destrezas, transmitidos pela escola, necessários para a participação na vida pública e também para o aumento da produtividade.

O desafio primordial, no entendimento dos técnicos da CEPAL, é conciliar modernidade - entendida como a capacidade de os países e/ou empresas acumularem conhecimento tecnológico - e cidadania, enquanto inserção da grande massa da população excluída da sociedade. Também para este desafio, a educação e escolarização são consideradas instâncias fundamentais, uma vez que são determinantes para o acesso universal aos códigos da modernidade, para impulsionar a criatividade no acesso, difusão e inovação científico-tecnológica. Há destaque para a necessidade de se firmar um compromisso da sociedade civil com a educação.

A partir de um conjunto de exemplos e situações consideradas bem-sucedidas, reitera-se a aposta na educação - uma vez seguido o "receituário", os resultados serão tão exitosos quanto aqueles apresentados nos documentos oficiais - enfoque que parece desconsiderar o processo histórico que está na origem da constituição de cada um dos países. Aparentemente não há destaque para as diferentes relações existentes e resultantes de seus cenários econômico, social, político e cultural.

O UNICEF e a Conferência Mundial de Educação para Todos

A Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien (Tailândia) em 1990, sob orientação do UNICEF/PNUD, expressa e reforça a fundamentalidade da educação básica. A proposta originada desta Conferência está voltada para a idéia de "satisfação das necessidades básicas de aprendizagem", cuja realização solicita a integração da educação às demais políticas sociais. Explicita-se, ao mesmo tempo, uma preocupação em difundir o conceito de "desenvolvimento humano", procurando dar ao processo de ajuste econômico, promovido pelos organismos financeiros internacionais, um "rosto humano".

Há nas proposições o reconhecimento das necessidades singulares a serem atendidas em relação a cada etapa do processo de ensino-aprendizagem. Neste sentido, tal como expresso, as necessidades básicas abarcam tanto as ferramentas essenciais para o aprendizado (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), como os próprios conteúdos do aprendizado básico (conhecimentos teóricos e práticos, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas capacidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente no desenvolvimento, melhorar a qualidade de sua vida, tomar decisões fundamentais e continuar aprendendo. A proposta de Jomtien dá ênfase à educação enquanto estratégia integradora do homem à sociedade contemporânea e ao mundo do trabalho.

As determinações da Conferência estão marcadas por um discurso voluntarista que se expressa, principalmente, através da proposta de avançar até a meta de universalização da educação básica, em um contexto onde a noção de qualidade toma o lugar da quantidade. Está presente a idéia de que a satisfação das

necessidades básicas de aprendizagem conduz ao desenvolvimento humano, fazendo com que o instrumental apareça subordinado a valores do código ético/moral. Neste sentido, ao se transformar em uma proposta de desenvolvimento humano, o discurso elaborado em Jomtien, aparentemente, contraria a idéia de deixar nas mãos do mercado mundial a decisão sobre qual projeto de desenvolvimento implantar nos diferentes países.

Entusiasmo, crítica e proposições: o debate decorrente do "receituário" internacional

As proposições para a educação gestadas pelos diferentes organismos internacionais têm provocado um intenso debate entre estudiosos da educação na América Latina e, em particular, no Brasil. Esse debate expressa-se em análises que reiteram o ideário difundido, outras que estabelecem uma profunda crítica e outras que procuram identificar "brechas" para uma atuação comprometida com os valores da cidadania.

Os estudos que reiteram o ideário difundido pelos organismos internacionais partem do reconhecimento dos problemas identificados no sistema educacional brasileiro e indicam alternativas para a melhoria da qualidade do ensino, objetivando contribuir para a inserção do país no contexto econômico internacional. Temas como descentralização, gestão, financiamento, avaliação da educação estão presentes e têm como referência as experiências internacionais consideradas bem-sucedidas. São estudos que salientam a importância do envolvimento da iniciativa privada na busca de soluções para a problemática educacional no país.

Outros estudos vêm se contrapondo à perspectiva difundida pela tendência acima, freqüentemente identificada por sua linearidade, pragmatismo e até mesmo por um suposto comportamento mimético, expresso na propensão de lançar mão de experiências exitosas, endossando de modo acrítico as proposições das organizações internacionais. Em linhas gerais, esses estudos enfatizam que os defensores do discurso dos organismos internacionais estariam privilegiando a qualidade em detrimento da igualdade e democracia; ademais, grande parte dos debates sobre escola e educação estaria ocorrendo a partir dos requerimentos do segmento empresarial.

Os estudos que buscam as "brechas" nos debates sobre o tema, ao mesmo tempo em que fazem críticas à incorporação mimética das propostas dos organismos internacionais, procuram dar conta das mudanças e requerimentos que vêm sendo insistentemente colocados pelo cenário socioprodutivo contemporâneo.

Para além deste debate é preciso destacar que começa a se conformar, internamente aos próprios organismos, uma postura revisionista acerca dos pressupostos que ao longo dos anos 90 têm marcado o ideário difundido.

UNESCO / OREALC: um discurso revisionista

Neste final de década, evidencia-se nos debates propostos por uma das agências internacionais – UNESCO – uma crítica que, supomos, manteve-se latente. Dois momentos são significativos. Um diz respeito às recentes análises e considerações feitas por uma comissão internacional às proposições mais gerais elaboradas por essa agência e sistematizadas no "Relatório Delors". Outro momento refere-se ao balanço sobre a atuação da UNESCO no cenário da América Latina, recentemente publicado. Ainda que complementares e apresentando pontos em comum, optamos por analisar separadamente esses momentos.

O "Relatório Delors"

O relatório elaborado por Jacques Delors, produto dos debates que ocorreram no âmbito da UNESCO no final desta década, reitera o papel central da educação para os processos de desenvolvimento sustentável, tema amplamente debatido pelas demais agências e organismos internacionais, mas enfatiza, sobretudo, que a educação não deve ser vista como "remédio milagroso", capaz de resolver todos os problemas dos países. Ocorre que,

.../ muitas vezes atribui-se ao sistema de formação a responsabilidade pelo desemprego. A constatação só é justa em parte, e sobretudo, não deve servir para ocultar outras exigências políticas, econômicas e sociais a satisfazer, se se quiser alcançar o pleno emprego ou permitir o arranque das economias subdesenvolvidas. Dito isto, e voltando à educação, a Comissão pensa que sistemas mais flexíveis, com maior diversidade de cursos e possibilidades de transferências entre diversas categorias de ensino ou, então, entre a experiência profissional e o retomar da formação, constituem respostas válidas às questões postas pela inadequação entre a oferta e a procura de emprego. Tais sistemas levariam, também, à redução do insucesso escolar que .../ causa enorme desperdício de recursos humanos.

Na busca de soluções e/ou encaminhamentos para os problemas socioeconômicos, dentre outros, o relatório coloca em discussão a necessidade de superar um conjunto de tensões que estão presentes no mundo contemporâneo e, para o campo da educação, propõe o conceito de "educação ao longo de toda a vida", estratégia identificada como uma das chaves para o século XXI. Quatro pilares orientam a proposição educativa: aprender a conhecer, aprender a viver juntos, aprender a fazer e aprender a ser.

O relatório reforça os princípios da Conferência de Jomtien, as necessidades básicas de aprendizagem e propõe combinar a escola clássica com as contribuições exteriores à escola, o que possibilitaria ao educando o acesso às diferentes dimensões da educação: ética e cultural, científica e tecnológica e econômico-social.

Apesar dos esforços feitos no sentido de ampliar a cobertura educacional, o relatório destaca a manutenção de altas taxas de analfabetismo no mundo, sobretudo nos países pobres, aspecto considerado como obstáculo para a

.../ concretização de verdadeiras sociedades educativas. Se soubermos ter em conta as desigualdades e se nos empenharmos em corrigi-las, através de medidas enérgicas, a educação, ao longo de toda a vida, poderá dar novas oportunidades aos que não puderam, por razões várias, ter uma escolaridade completa ou que abandonaram o sistema educativo em situação de insucesso.

O relatório resgata a importância do setor público quer na proposição quer na condução da política educacional. Ao mesmo tempo, reforça a definição de parcerias enquanto estratégia capaz de garantir o acesso de um maior número de pessoas aos serviços educativos. É atribuição dos poderes públicos suscitar acordos entre os diferentes atores envolvidos com a questão educacional; garantir a organicidade entre as diferentes categorias de ensino; garantir que políticas educacionais sejam de longo prazo, favorecendo sua continuidade. Cabe ainda aos poderes públicos garantir a estabilidade do sistema educativo e proporcionar o estabelecimento de parcerias e encorajamento de inovações educativas.

Numa direção próxima, e resgatando a importância do Estado na definição das propostas educacionais, está o balanço da atuação da UNESCO na América Latina elaborado por técnicos dessa agência.

A UNESCO na América Latina: um balanço de sua atuação.

Através de um documento recentemente publicado, a UNESCO faz um balanço sobre sua presença no processo de desenvolvimento educativo na América Latina, ao longo das últimas décadas, estabelecendo pontos de reflexão que, em certa medida, questionam o modelo até então predominante. Para os anos 80 o documento destaca as políticas promovidas em torno da extensão quantitativa da educação, da superação da pobreza e da desigualdade educativa e a tentativa de dar respostas a problemas conjunturais com propostas de curto prazo.

Já nos anos 90, o eixo está na qualidade da educação e, em particular, na qualidade da gestão do sistema, considerada central para o desenvolvimento e crescimento dos países. Novos desafios se impõem à educação a partir de reformas educativas mais globais, cujo marco é a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em 1990. Ao mesmo tempo, há clareza sobre a persistência de problemas qualitativos na educação e sobre o descompasso entre crescimento quantitativo com níveis satisfatórios de equidade e qualidade.

Para o final dos anos 90, a UNESCO enfatiza a necessidade de que as políticas educativas promovam a inclusão dos excluídos, não mais através de medidas compensatórias como ocorria no passado, mas introduzindo modificações no sistema educativo comum que permitam ajustar o ensino às diferenças individuais, sociais e culturais. Ao mesmo tempo, destaca a importância de fortalecer a função do Estado para assegurar a igualdade de oportunidades.

É interessante notar que os estudos vêm demonstrando que apenas a educação não é suficiente para dar conta de processos de mudança em seus diferentes aspectos e, neste sentido, é fundamental diagnosticar as carências e demandas das diferentes regiões e países, articulando-as com o potencial que há na educação, em seus diferentes níveis e graus. É preciso, ainda, estabelecer ligações entre o aprendizado escolar e o profissional, de modo a favorecer a inserção e permanência do adulto pouco escolarizado no mercado de trabalho. São práticas que contribuem para a conformação de políticas voltadas para a distribuição de renda.

Com suporte nas considerações feitas uma questão permanece em aberto – de que forma a política

educacional brasileira, quer em suas orientações, estratégias ou ações, está permeada pelos pressupostos difundidos pelos diferentes organismos internacionais? Ou seja, em que medida a política educacional em curso vem incorporando os ditames do mundo globalizado? Na seção que segue abordamos alguns dos pontos que respondem a tais indagações.

A Agenda Educacional Brasileira: Temas que Orientam o Debate.

Para o cenário brasileiro, em face da baixa qualidade historicamente identificada no sistema educacional, resultante, entre outros motivos, da pouca atenção à política de educação básica, o tema tem sido amplamente debatido por diferentes segmentos da sociedade - empresários, trabalhadores, entidades sindicais - e faz parte de um número crescente de estudos realizados por sociólogos, economistas, pedagogos e administradores. Há um movimento difuso que aponta a educação como "mecanismo" facilitador e potencializador da capacidade das pessoas na realização de tarefas, no processamento e utilização das informações, na adaptação às novas tecnologias e métodos produtivos. Parte-se do pressuposto de que a melhora do nível geral de educação de um país concorre para a formação de trabalhadores mais flexíveis na sua capacitação profissional, o que tem uma interface com a produtividade. Considera-se, ainda, o investimento em educação como a melhor forma de aumentar os recursos da população mais pobre.

Esses são aspectos que estão presentes na agenda educacional brasileira e que se materializam na política educativa desenhada. São aspectos que permitem questionar sobre o efetivo potencial da educação, de caráter geral, na definição de respostas às novas solicitações o que, de certo modo, recoloca a relação educação e trabalho no centro da arena de debates. Para entender a dinâmica que está sendo construída, privilegiamos alguns dos temas discutidos, muitas vezes decorrentes de proposições que extrapolam o campo propriamente educativo.

A agenda educacional brasileira priorizou, ao longo dos anos 80, a expansão quantitativa da oferta, ampliando o acesso com a expansão da rede física, em detrimento do aspecto qualitativo. A baixa qualidade, então atribuída ao sistema escolar, foi associada à insuficiência de recursos para a educação, à centralização das decisões, à burocratização do sistema educacional, com a privatização e clientelização da política educacional, à exclusão da comunidade e profissionais dos processos decisórios e de gestão do sistema. Considerados obstruidores dos processos de modernização do setor educacional, esses aspectos orientaram as reformas que tinham como eixo a democratização da educação.

Esses temas foram incorporados pela agenda educacional dos anos 90, quando a educação (re)assume uma posição de destaque nas perspectivas da cidadania e da formação para o trabalho, associada à perspectiva de retomada do crescimento do país. Diante da crescente incorporação de inovações tecnológicas, da demanda por novas qualificações e/ou competências, e em face das conseqüências de uma economia que vem se globalizando, há quase um consenso quando se trata de apontar que o sistema educacional brasileiro não vem respondendo às necessidades do novo perfil de qualificação da mão-de-obra.

Nessa direção, um conjunto de ações orientam a busca da melhoria da qualidade do sistema educacional tais como: iniciativas de caráter pedagógico voltadas para a diminuição da repetência e evasão no ensino fundamental, implantação de sistemas de avaliação, adequação dos conteúdos à população-alvo, redução do número de alunos por sala, investimentos no corpo docente (recapacitação, melhoria salarial e melhores condições de trabalho), fornecimento de equipamentos básicos.

As reformas propostas partem da idéia de gestão democrática e modernização do sistema e, como bem destaca Marta Farah visam uma redução da ação estatal e a incorporação pelas instituições estatais de práticas de gestão características do setor privado, consideradas eficientes. Faz parte do discurso difundido pelos idealizadores das propostas a adoção dos parâmetros da Qualidade Total na escola pública e, ainda, a ênfase na autonomia da escola como estratégia para a descentralização do sistema.

Estas idéias têm desdobramentos no cotidiano da atividade escolar uma vez que, como estratégias, sugerem: construir alternativas eficientes para alocar os recursos na educação; definir novas formas de articulação da escola com o setor privado e com a comunidade; terceirizar a gestão escolar; estabelecer parcerias com o setor privado; estabelecer parcerias com universidades e centros de pesquisa, quer para o desenvolvimento de programas de formação para os professores, quer para o estabelecimento de programas temáticos; definir parcerias com as diferentes esferas do governo e com as organizações não-governamentais, com a

preocupação de racionalizar e melhorar a qualidade da oferta; envolver a população na formulação e gestão da política educacional e na gestão da escola.

De certo modo, podemos ainda dizer que as ações do governo federal neste final de década têm como eixo a implantação de um modelo de reforma do sistema de ensino articulado ao modelo de reforma do Estado brasileiro. Há uma lógica de reformar sem aumentar as despesas, procurando adequar o sistema educativo às orientações e necessidades prioritárias da economia.

Algumas ações vêm concretizando os pressupostos que orientam a política educacional brasileira nos últimos anos, tal como destacamos a seguir.

Ações Que Orientam a Implantação da Reforma Educacional no Brasil.

Em primeiro lugar, é preciso não esquecer que ações propostas para a implantação de qualquer reforma educacional são resultantes de opções e decisões políticas e, portanto, estão articuladas ao projeto de sociedade que os governos definem para os diferentes cenários históricos e conjunturais. Neste sentido, e em um plano mais geral, enfatizamos a interface entre as idéias anteriormente destacadas e o texto da nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), aprovada em dezembro de 1996, que apresenta dentre suas características uma maior flexibilidade na organização e funcionamento do ensino.

No cotidiano, tal medida se desdobra na interferência do governo federal no financiamento para a educação, favorecendo a descentralização e municipalização do ensino fundamental. Ao mesmo tempo foi implantado, e hoje está em vigor, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e de Valorização do Magistério (FUNDEF), objetivando garantir as transferências de verbas para o Ensino Fundamental dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Faz parte da reforma educacional proposta a incorporação de programas de aceleração de estudos e regularização do fluxo escolar, aspectos que contribuiriam para a diminuição das taxas de evasão, repetência e inadequação entre idade do aluno e série cursada.

Outros desdobramentos da reforma educacional que têm produzido impactos no cotidiano escolar referem-se à definição dos Parâmetros Curriculares Nacionais e ao Sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB). O objetivo dos Parâmetros foi o de fornecer subsídios para a elaboração e/ou revisão curricular de cada Estado, Município e escola, orientando a formação de professores. Quanto ao SAEB, o MEC difunde a idéia de que somente a partir de informações e análise do desempenho dos alunos será possível traçar medidas que possam interagir diretamente com temas como diminuição da repetência, dentre outros.

Para além destes aspectos, não podemos deixar de destacar a exclusão do tema da educação de jovens e adultos no cenário da educação básica. Além de contrariar as próprias orientações da Constituição de 1988, que reconhece e confere obrigação ao Estado na promoção de programas para a população que não frequentou a escola à época adequada, parece que a esta modalidade de ensino foi conferido estatuto político assistencial e compensatório, cuja responsabilidade vem sendo atribuída à iniciativa privada.

Algumas questões finais.

Em seu conjunto, longe de qualquer consenso, esses aspectos têm sido objeto de inúmeros questionamentos e críticas. No tocante à gestão para ganhos de qualidade e equidade, algumas das análises sugerem que não há garantias de que o processo de descentralização seja a melhor forma para enfrentar os problemas da educação. Questiona-se qual é o papel do Estado nos sistemas descentralizados e, ao mesmo tempo, sobre o que e como descentralizar, questões que exigem uma avaliação constante do processo. Quanto aos elos entre educação e as novas demandas da economia, da sociedade e da cultura é essencial aprofundar a reflexão sobre os impactos das mudanças socioproductivas no campo educacional.

Também sobre a gestão e os processos pedagógicos pensados para melhorar a qualidade da educação, ao mesmo tempo em que há consenso sobre a necessidade de modernizar a gestão da escola para torná-la eficaz e responsável por seus resultados, o instrumental metodológico, em face da especificidade do campo da educação, certamente precisa ser diferente daquele utilizado pelas empresas. Conhecimento e aprendizagem, profissionalização dos docentes; materiais educativos e novas formas de comunicação; investigações sobre os jovens na escola; a relação escola-família, dentre outros, são pontos que devem ser objeto de maior

investigação, análise, reflexão e proposições.

Nesse quadro, ainda que se reconheça a importância de programas voltados para a população adulta, a ela reserva-se um espaço pequeno. A maior parte das proposições tem como foco a educação formal básica para crianças e aquelas voltadas para o adulto objetivam, em primeira instância, a superação do analfabetismo. Estas proposições, que partem de experiências educativas consideradas exitosas, estão voltadas à superação da pobreza, às demandas da produção e conclamam para o exercício da cidadania, com vista a um modelo denominado "desenvolvimento humano".

Ao mesmo tempo, não podemos esquecer que todas as proposições e ações educacionais se materializam em um espaço concreto, que é a escola e a sala de aula, envolvido em um cotidiano singular.

Em resumo, longe de negar a fundamentalidade da educação geral para o contexto econômico e social contemporâneo, muitas indagações permanecem presentes. Ao mesmo tempo em que corremos o risco de tentar transpor, de forma linear, modelos educacionais considerados exitosos em países de economia avançada para o cenário nacional, há o risco de superestimar as contribuições da educação geral formal para o processo de modernização da produção e do país, como se tais mudanças dependessem, essencialmente, da educação. Este debate pode tornar-se mais orgânico e mais denso na medida em que conseguir explicitar, num prazo mais longo, como a educação pode efetivamente contribuir para as mudanças e, sobretudo, qual educação. É preciso ter claro, portanto, que a educação deve ser vista como integrante de um conjunto de políticas públicas e sociais.

A INFORMAÇÃO EM QUESTÃO OU A QUESTÃO DA INFORMAÇÃO?

Maria da Conceição Calmon Arruda*

A necessidade de reduzir os gastos com energia e flexibilizar a produção decorrente da crise econômica dos anos 70, levou à adoção de um padrão de acumulação calcado em uma nova estrutura organizacional e técnica (microeletrônica), que prioriza serviços e produtos baseados em recursos não esgotáveis, como informação e conhecimento. A importância da informação na nova base técnica é comparada à da energia na Revolução Industrial, o que explica as metáforas utilizadas para traduzi-la: Revolução Informacional, Revolução da Informação, Era da Informação etc. O desenvolvimento técnico permite a associação da microeletrônica, da engenharia genética e da microbiologia para a formação de novos materiais e a substituição de outros, o que acarreta redução nos custos de produção, transporte, energia, estoque etc.; assim como a migração para uma tecnologia flexível.

Se por um lado a tecnologia possibilita a redução de custos e do tempo de deslocamento dos meios de transporte, por outro, viabiliza a interação, em tempo real, de regiões geograficamente distantes, sem necessidade de deslocamento físico, possibilitando aos países, às organizações, aos indivíduos, com o conhecimento e a tecnologia necessários, a compressão do tempo-espço. Maximiza-se a capacidade de tratamento, armazenagem e disseminação de informações, e, como resultante, novos parâmetros para circulação, transferência e comercialização de informações são estabelecidos.

O objetivo deste artigo é discutir as principais teses que versam sobre os efeitos da nova base técnica na sociedade contemporânea e os fatores que contribuem para a confecção do imaginário de interligamento do globo pela técnica.

Os efeitos da adoção de uma nova base técnica

O cotidiano da sociedade contemporânea, em menor ou maior grau, passa a conviver com o uso intensivo de artefatos técnico-informacionais. A utilização de um mesmo modelo técnico, conjugada à opção pelo calendário único e pela hora GMT, permitem a concretização da simultaneidade e da unicidade do espaço geográfico. Estabelece-se uma simultaneidade não simultânea, calcada na tecnologia e não nas relações sociais. Essa técnica, que é exposta a um processo constante de inovação e obsolescência, exclui ou inclui os atores sociais, de acordo com seu grau de domínio sobre ela. ›

As ações que movem esse processo estão ocultas pelo mito da ciência, que acima de tudo e de todos não tem suas ações discutidas com a sociedade, mas apresentadas como uma conseqüência natural à qual a sociedade deve se adaptar. Tendo a mídia (comunicação) como propagadora de um discurso que as legitima, são apresentadas envoltas por um véu de evolução, progresso e neutralidade, como se fossem autônomas e não geradas e financiadas com objetivos e metas definidos. A identificação da industrialização como vértice da modernidade cede lugar à informatização. Mas tal qual ocorreu com a industrialização, identifica-se um processo de concentração e centralização que determina e delimita a participação dos atores.

No final do século XX, os poderes que atuam sobre o mundo e as inovações que o transformam localizam-se num número limitado de lugares; megalópoles da América do Norte /.../ do Japão /.../ da Europa Ocidental. /.../ Dos novos conhecimentos, 90% se elaboram nos laboratórios dos países onde se encontram essas megalópoles.

O grande volume de informações e a sofisticação dos mecanismos de acesso têm, como um de seus vetores, o alijamento de parte da população mundial. Se antes a escrita e a leitura proporcionavam ao indivíduo a ponte de acesso ao mundo letrado, ao conhecimento, hoje este acesso está condicionado a ferramentas tecnológicas. O ser humano não interage por si só, é como se a ele tivesse sido acoplada uma extensão tecnológica. Enquanto alguns indivíduos brindam a nova realidade informacional, outros sentem-se fragilizados e incapazes de interagir positivamente com o novo cenário, que requer novas habilidades e adaptabilidade a mudanças constantes.

Essa dicotomia emerge da literatura analisada compondo teses distintas: (a) há as que saúdam o aparato técnico como pleno de potencialidades socioeconômicas e culturais para os atores sociais; (b) as que criticam o fetichismo tecnológico ressaltando que a tecnologia por si só não determina nada, visto que está subordinada a interesses específicos; (c) e as que vêem no cenário atual uma oportunidade para a mobilização das sociedades, visando ao estabelecimento de um espaço público que garanta ganhos para todos.

É importante ressaltar que mesmo entusiastas das novas tecnologias de informação, como Masuda e Lévy, reconhecem a incapacidade do ciberespaço em congregar a totalidade dos trabalhadores.

Mas apesar de identificar a possibilidade de desemprego em massa como consequência da codificação de rotinas antes realizadas pelo homem, Masuda acredita que a opção "entre um aumento do tempo livre e o desemprego em massa" dependerá das sociedades.

A argumentação de Lévy é que não devemos raciocinar em termos de impacto, consequência, mas sim de opção, de alternativa por um espaço convergente, integrador. O meio digital reuniria características que poderiam indicá-lo sucessor da imprensa como principal disseminador do conhecimento contemporâneo e, tal qual ela o fez em seu tempo, redimensionar as possibilidades de acesso e transmissão do conhecimento, contribuindo para o estabelecimento de uma ecologia do conhecimento e de novas formas de comunicação e significações. Pois mesmo correndo

/.../ o risco de deixar no acostamento da auto-estrada uma parte desqualificada da humanidade, o ciberespaço manifesta propriedades novas, que fazem dele um precioso instrumento de coordenação não hierárquica, de sinergização rápida das inteligências, de troca de conhecimento, de navegação nos saberes e de autocriação deliberada de coletivos inteligentes.

Em oposição a essas proposições otimistas, Drew lembra como o rádio e a TV em seus primórdios suscitaram o ideário de um fórum democrático e popular, e como esse foi perdendo espaço para um modelo comercial/privado. Já Besser recupera a expectativa de ganhos sociais e integração cultural que saudou a televisão a cabo no final da década de 60.

Igrejas, escoteiros, minorias, escolas secundárias, crusaders for causer – podem criar e mostrar seus próprios programas. Com acesso público, a televisão a cabo pode se tornar uma mídia para ações locais em vez de um distribuidor de programas/pacotes de massa.

A história recente nos mostra que, por si só, as tecnologias não estabelecem benefícios sociais, cabendo à sociedade conduzir as mudanças para seu direcionamento social. Alguns autores (Kumar; Latouche) identificam na centralização dos meios de comunicação e informação nos países centrais um novo modelo de dominação, uma tentativa de ocidentalização do mundo por meio de imagens, símbolos, informações etc., que veiculam um modo de vida ocidental (dos países ricos) como universal. Pois, apesar de algumas sociedades se mostrarem mais preparadas para atuarem na sociedade de informação, pensar este modelo como global é não reconhecer as diferenças materiais, culturais, tecnológicas, socioeconômicas etc. que compõem a sociedade contemporânea.

Quéau destaca a necessidade do estabelecimento de um "iluminismo 'cognitivo'", para superação da "Idade das Trevas do governo global" e aquisição das "ferramentas cognitivas mínimas para lidar com os problemas da globalização", uma vez que cabe aos atores sociais a opção e a definição de qual (modelo de) sociedade de informação se quer construir. Propõe ainda a comunicação das diferenças, da multiplicidade, como forma de integração dos povos, de conhecimento e respeito pela diversidade, a fim de que possamos alcançar o bem comum, que é uma construção humana e não produto da técnica.

Sociedade de Informação x Revolução da Informação: o mito da informação como precursora de um novo modelo societário

A partir do diagnóstico do crescimento do setor de serviços e da sofisticação do processo produtivo, Bell previu o surgimento da sociedade pós-industrial, uma sociedade de informação que se caracterizaria pela fusão da ciência com o processo produtivo, pela concentração de empregos especializados e pela crescente

solicitação de empregados dotados de conhecimento. Esse modelo societário se estruturaria em torno de uma intelligentsia que traçaria os rumos/pesquisas da sociedade, tendo no setor de serviços (negócios) sua força motora e no conhecimento seu leitmotiv.

Como a ciência passaria a ser parte integrante do processo produtivo, os indivíduos capazes de gerenciar e monitorar esse saber teriam um espaço privilegiado no mundo do trabalho. Do mesmo modo que Bell, Schaff identifica a propriedade privada sobre o conhecimento como substituta da propriedade privada dos meios de produção e a emergência de um novo modelo societário: a sociedade informática. Uma sociedade mais rica, mais fraterna (os indivíduos receberiam subvenção do Estado para viverem condignamente), marcada pela utilização intensiva de sistemas informatizados e de inteligência artificial em seu cotidiano. Uma sociedade onde a estratificação social se organizaria em torno do controle e acesso ao conhecimento.

Masuda vê a sociedade da informação como sucessora da sociedade industrial e precursora de uma nova etapa do desenvolvimento humano, profundamente marcada pelas tecnologias de informação e pelo deslocamento da produção de bens materiais para a produção de informação. É "uma sociedade de alta criatividade intelectual, onde as pessoas podem desenhar os seus projetos numa tela invisível, bem como perseguir e alcançar a sua auto-realização". O ápice da sociedade de informação é a conformação da sociedade de conhecimento que possibilitará o arcabouço cognitivo necessário para a fruição da criatividade.

Em sua análise sobre as teses de sociedade pós-industrial, Castells destaca que o diferencial da economia atual não reside na mudança da base técnica, mas fundamentalmente na mudança do padrão de produção, que passa a ser calcado na difusão e geração de conhecimento.

As sociedades serão informacionais, não porque se enquadrem num modelo particular de estrutura social, mas porque elas organizam seu sistema produtivo em torno de princípios de maximização da produtividade baseada no conhecimento através do desenvolvimento e difusão da tecnologia da informação, e pelo preenchimento de pré-requisitos para sua utilização (principalmente recursos humanos e infra-estrutura de comunicação).

Ressalta ainda que a sociedade pós-industrial não cria somente ocupações ricas em conhecimento, mas uma porção significativa de empregos que requerem baixa qualificação.

Estes empregos de baixa qualificação, apesar de sua pequena taxa de crescimento, podem vir a representar uma proporção substancial da estrutura da sociedade pós-industrial em termos de números absolutos. Em outras palavras, mais adiante, as sociedades de informação podem se caracterizar também por uma crescente polarização da estrutura social, onde o topo e a base aumentam sua participação em detrimento do meio.

A análise de Castells é corroborada por Lojkin, que mostra que a centralização da sociedade em torno de uma casta de cientistas não se concretizou, assim como se mostra ilusória a substituição do homem pela máquina. A atividade de serviços (informacionais) não está desvinculada da indústria, pelo contrário, a primeira precisa da segunda para se efetivar; nem se comprovou a predominância de um setor sobre o outro, pelo contrário, se caminha para uma crescente imbricação.

Identifica-se ainda a incapacidade do setor de serviços em informação em congregar a totalidade dos trabalhadores, visto que o número de postos de trabalho gerados por este setor será muitas vezes inferior à demanda, ou seja, a indústria de informação, por si só, não tem condição de absorver a massa de desempregados.

O ministro japonês das telecomunicações estima que o setor de serviços de multimídia gerará 2,4 milhões de novos postos de trabalho no Japão até 2010. Contudo, o número total de novos postos de trabalho diretamente gerados pelo setor de software na Europa e nos Estados Unidos, será, provavelmente, inferior a um milhão. Todavia, na próxima década, serão necessários mais de vinte milhões de novos postos de trabalho na Europa.

A correlação entre conhecimento e eficiência presente nas teses de sociedade de informação é identificada por seus críticos como um elemento do ideário de progresso do liberalismo e não de um novo modelo societário, e destacam a atuação dos governos dos países da Tríade na disseminação do conceito de sociedade de informação, através do estabelecimento de políticas de informação, do incentivo a uma cultura informacional nas escolas, serviços públicos etc. e pela destinação de uma parcela significativa de seu

orçamento para pesquisa em tecnologia da informação, principalmente as direcionadas à área militar .

As organizações multinacionais também direcionam recursos para a pesquisa de tecnologias de informação e comunicação, das quais se utilizam para a concretização de negócios e realização de lucro. Estudos identificam essas organizações como as principais usuárias dessas tecnologias, cujo suporte técnico é fundamental para sua estratégia de expansão mundial .

Sob essa ótica a tecnologia que move a revolução da informação seria então financiada e desenvolvida em função da lógica de acumulação capitalista e não de um projeto de integração social, favorecendo a emergência de uma elite que domina o fluxo global de informações, formada pelos dirigentes das grandes corporações, pela nata do capital financeiro, pelos governantes dos países da Tríade. Portanto a sociedade de informação não apresenta um diferencial societário, mas reproduz um modelo já existente, "uma sociedade projetada, como as antigas, por e para uns poucos: as ricas e poderosas classes, nações e regiões do mundo", que cristaliza a informação como sua principal moeda de troca. Informação essa que é específica e especializada, podendo provocar entropia naqueles que não possuem os requisitos cognitivos e informacionais para descodificá-la , o que reforça a assertiva de Schaff quanto à tendência ao estabelecimento de um novo modelo de estratificação social baseado no conhecimento, e não na propriedade.

A revolução da informação não se restringe à mudança da base técnica, a informática, mas abrange a capacidade de análise e síntese de informações específicas, especializadas, que possam assumir valor estratégico para quem as controla. A técnica somente possibilita os meios que agilizam esse processo.

Para Lojkin a conformação de um sistema técnico não é uma novidade de nosso tempo, muito menos fruto das novas tecnologias de informação. O que diferencia o progresso técnico atual é que, além de permitir a interação de mídias diversas, tem um alcance único na história, ao possibilitar a compressão do tempo-espaço e a transmissão de informações aos mais diversos pontos do globo, alcançando audiências completamente heterogêneas.

Mas ao contrário da época da revolução industrial, quando se culpavam as máquinas pelos problemas e reacomodações socioeconômicas e culturais resultantes de seu emprego e utilização, percebe-se hoje que a relação de inclusão/exclusão ao novo modelo econômico não é um subproduto das máquinas, mas sim das relações políticas e econômicas que determinam sua utilização e do processo de hierarquização e exclusão que se desencadeia.

A tecnologia, aliada a fatores político-econômicos favoráveis, permite que as organizações descentralizem sua produção à procura de vantagem competitiva em qualquer região do planeta. As instituições financeiras monitoram os mercados globais vinte e quatro horas por dia, detectando oportunidades e/ou riscos, buscando maximizar seu lucro no grande cassino global. É a conjugação global da flexibilização, contudo sem desterritorialização do núcleo central de planejamento e tomada de decisões.

Kumar estabelece uma distinção entre revolução informacional e sociedade de informação. Enquanto o primeiro termo remeteria à mudança da base técnica e à adoção de novos modelos organizacionais, o segundo implicaria a conformação de uma nova estrutura social:

Mas é significativo que não tenha surgido nenhuma opinião coerente e abrangente que demonstrasse que existe um modelo geral de mudança. Certamente não temos nada que justifique aceitar as alegações de Bell, Stonier e outros teóricos da sociedade de informação de que ingressamos em uma nova fase da evolução social, comparável à 'grande transformação' iniciada pela Revolução Industrial. Essa revolução estabeleceu uma nova relação entre cidade e campo, lar e trabalho, homens e mulheres, pais e filhos. Gerou uma nova ética e novas filosofias sociais. Não há prova de que a disseminação da tecnologia da informação tenha ocasionado quaisquer grandes mudanças desse porte. Muito pelo contrário, a maior parte das evidências indica que o que ela fez principalmente foi dar às sociedades industriais meios de fazer mais, e em maior extensão, o que já vinham fazendo.

Por esta linha de análise, o que está em curso não é uma ruptura com o projeto de industrialização que se associou à modernidade, mas sim sua (re)afirmação, como também a da crença na ciência e tecnologia como determinantes do futuro da sociedade.

É inegável que a revolução da informação interpõe novos padrões de relacionamento, mas independente do reconhecimento de uma cultura informacional é importante ressaltar que as tecnologias de informação e comunicação vieram complementar as tecnologias de comunicação já existentes, tendo como diferencial, como já foi explicitado, a possibilidade de conexão em tempo real e a integração de mídias diversas. Portanto pensar o ciberespaço, a realidade virtual, como substituta da experiência real é negar a (própria) interatividade humana e atribuir à técnica uma capacidade que esta não tem: a de traduzir os anseios, as dúvidas e os interesses humanos. Além disso, só uma pequena parcela da população mundial possui os instrumentos que lhe permitem interagir com os novos meios técnicos. Apesar do mito de compartilhamento de dados e disponibilização de informações que envolve a Internet, 70% dos provedores (host) estão localizados nos EUA. Enquanto os países do norte têm ao seu dispor um conjunto técnico que lhes garante maior velocidade de acesso e de comunicação, os países periféricos lutam para atualizar sua infra-estrutura de telecomunicações.

A nova tecnologia da World Wide Web requer uma demanda muito maior dos 'links' de comunicação – porque os usuários demandam respostas em 'tempo-real', não estando dispostos a esperar uma hora ou dez – como ocorre com o correio eletrônico. Consideremos uma situação em que dois fornecedores estão competindo pela atenção de clientes em potencial quando estes utilizam a Web em busca de produtos: um nos EUA, que pode responder em poucos segundos e o outro, na Índia, que leva horas.

Na visão de Loader e de Haywood, a sociedade de informação cria e opõe dois grupos: os pobres e os ricos em informação. Enquanto os últimos celebram as potencialidades da sociedade de informação, os primeiros correm o risco de ficar à margem, visto que as materialidades em que estão inseridos não lhes possibilitam o pleno acesso à sociedade de informação. E se não for pensada uma forma de amenizar essas diferenças, as novas tecnologias de informação podem vir a aprofundar ainda mais o abismo entre estes grupos. Esse conflito opõe países, regiões, cidades, indivíduos, já que:

Para a grande maioria da população mundial, a possibilidade de construir identidade virtual é inteiramente dependente de sua situação material. É claro que a maior parte das pessoas não está livre para escolher, na realidade, estão subordinadas a uma variedade de condições sociais e econômicas que agem para estruturar e articular suas oportunidades de ação. Suas experiências na sociedade de informação estão longe das experimentadas pela elite informacional, que enfatiza a criatividade e as 'spanning'- redes remotas de comunicação /.../, e mais próximas de trabalhos rotineiros, desinteressantes, que exigem baixa qualificação, realizados pelos empregados dos 'call-center' de informação e pelos teletrabalhadores isolados.

Sem uma infoestrutura que viabilize a inserção de todos no mundo virtual, a sociedade de informação estará para a maioria da humanidade muito mais próxima do mito que da realidade. A análise de Bangemann é que os países pioneiros na implementação da sociedade de informação estabelecerão a agenda a ser seguida pelos demais. Esse diagnóstico é reforçado pelo crescente interesse dos governos em elaborar e implementar políticas de informação que visam principalmente a estabelecer uma infra-estrutura física de telecomunicações, promover a competitividade e o aumento da produtividade, assegurando uma estrutura de comunicação e informação barata e eficaz, que potencialize a integração organizacional, o monitoramento de informações, a produção e a incorporação de inovações. Vale ressaltar que enquanto para os países desenvolvidos o estabelecimento de uma política de informação é uma estratégia para manutenção de sua hegemonia, para os países em desenvolvimento a sociedade de informação é a ponte a ser cruzada para redução do abismo que os separa dos países desenvolvidos.

Moore divide as políticas de informação em dois grupos: neoliberais e dirigistas. As primeiras se caracterizam por ter no mercado o principal agente da sociedade de informação, cabendo ao Estado o papel de facilitador. Esse modelo foi adotado em diferentes níveis nos Estados Unidos e nos países da União Européia.

É claro que essa política de informação se identifica com economias neoliberais, pós-Keynesianas. Logo, ela é mais evidente nos países que adotam tais filosofias econômicas. Nos EUA esta opção permeia a política de informação, embora seja temperada e aliviada de forma pragmática. Na Grã-Bretanha, a opção pelo mercado predomina, com o governo reconhecendo, embora relutantemente, que tem um papel como facilitador. A partir desta posição extrema, é possível identificar uma gama de países que adotaram basicamente a mesma postura que varia com maior ou menor intensidade - Austrália, Canadá, todos os

membros da União Européia e a África do Sul adotaram um modelo neoliberal moderado de política de informação.

Já nas políticas dirigistas, o Estado toma para si a organização e implementação da sociedade de informação, motivado pela preservação da indústria nacional e por considerar que "os mercados não são sempre os melhores destinatários dos escassos recursos nacionais como capital e uma força de trabalho educada". Soma-se a estes fatores a dificuldade de captação de recursos para implementação da estrutura de informação adequada.

O modelo acima identifica o indivíduo como protagonista da sociedade de informação e não como mero consumidor, haja vista o forte investimento que efetua em educação visando a preparar sua população para interagir como sujeito no ambiente informacional. E percebe que as redes de comunicação e informação criam dois tipos de usuários: os passivos/consumidores, que não têm qualquer participação no planejamento e no conteúdo da rede; e os ativos, que detêm os meios para intervir tanto no modelo técnico adotado, quanto no conteúdo do que é veiculado e seu custo de acesso.

A política de informação do governo tailandês, por exemplo, tem como prioridade máxima a educação e o treinamento; o objetivo é capacitar o conjunto da população com as qualificações e habilidades necessárias para interagir com a sociedade de informação.

A questão da privacidade e segurança de dados dos indivíduos também é um ponto importante das políticas de informação, por permitirem o cruzamento de informações que podem ser usadas contra o interesse dos indivíduos:

Um banqueiro americano, que também era diretor de um centro médico de saúde, utilizou informações do banco de dados do centro para cobrar débitos de pacientes com câncer que estavam sendo tratados ali; e é sabido que informação sobre pacientes no Reino Unido já trocou de mãos de forma insegura.

Segundo Moore, independente do modelo econômico adotado, a estabilidade e a coesão social pontificam como objetivos a serem alcançados. A proteção à cultura nacional e a formação de uma força de trabalho educada, capaz de interagir com as ferramentas informacionais e desenvolver Educação Continuada, emergem como fatores preponderantes destas políticas. As tecnologias de informação possibilitam o suporte técnico necessário para a conformação de novos formatos sociais e culturais, estabelecendo novos padrões para a aquisição de bens e produtos (teleshopping, telemarketing, home-shopping), para transações comerciais e bancárias (comércio eletrônico, home-banking, telebanking), para comunicações (telefonia celular, e-mail, videoconferência), para saúde (hospital virtual, projeto genoma), para educação (teleducação) e para o trabalho (teletrabalho).

Considerações finais

A sociedade de informação não é um produto do desenvolvimento tecnológico, das tecnologias de informação, e mais que um conceito parece se aproximar de uma metáfora, utilizada para explicitar a adoção de uma nova base técnica e a mudança do padrão do produtivo, que passa a valorizar o conhecimento como sua base de acumulação. Um conhecimento especializado, de difícil reprodução, que tem nas tecnologias de informação e comunicação o suporte necessário para sua expansão, análise e codificação. Nesse sentido, a sociedade de informação se traduz mais pela intensificação do modo de produção capitalista, e não pelo estabelecimento de um novo modelo societário. As redes de comunicação e informação que possibilitam o interligamento e o monitoramento dos mercados globais, por si só não geram um novo modelo societário nem a integração dos povos, das cidades, dos indivíduos. Elas estão subordinadas aos atores sociais e a sua mobilização em prol de um modelo societário mais justo.

É inegável o estabelecimento de uma cultura informacional e de mudanças tanto nas relações interpessoais e sociais, quanto nas políticas econômicas a partir da utilização dos novos meios de comunicação e informação. O cotidiano dos indivíduos, em maior ou menor grau, é marcado por essa realidade informacional, tanto nas relações pessoais e socioculturais, quanto no ambiente de trabalho, que passa a ser redimensionado pela incorporação de inovações organizacionais e/ou tecnológicas.

A questão que se impõe não é negar essa imbricação da técnica na sociedade contemporânea, nem sua potencialidade social, mas evitar a sedução pelas teses que parecem descolar o desenvolvimento técnico das materialidades de cada sociedade, de cada região, dos indivíduos, já que esse tipo de homogeneização pode levar a um falseamento da realidade concreta e a tentativa de universalização de conceitos e práticas, que são na verdade locais, particulares.

| [Voltar](#) |

INTERATIVIDADE: UMA MUDANÇA FUNDAMENTAL DO ESQUEMA CLÁSSICO DA COMUNICAÇÃO

Marco Silva*

Para dar a dimensão do que se passa com os fundamentos teóricos da comunicação, coloco em destaque o trio básico emissão-mensagem-recepção e evoco aquilo que M. Marchand chama de "uma mudança fundamental do esquema clássico da comunicação." Mudança que ocorre com a emergência da modalidade interativa de comunicação que estaria tomando o centro da cena ocupado em todo o século XX pela modalidade comunicacional centrada na transmissão, na distribuição, que são os fundamentos da mídia de massa: cinema, imprensa, rádio e TV.

Trata-se, portanto, de verificar o que muda no estatuto do receptor; o que muda para ele em termos de participação-intervenção; o que muda quando a mensagem muda de natureza e o emissor muda de papel. Ao mesmo tempo, é preciso enfatizar que tal mudança supõe redefinição de estratégias de organização e funcionamento da mídia de massa e de todos os agentes do processo de comunicação.

Marchand acredita que "a introdução da interatividade num programa (no sentido em que o programa é uma mensagem formalizada) põe em questão o esquema clássico da informação". Em situação de interatividade, "emissor, mensagem e receptor mudam respectivamente de papel, de natureza e de status". Isto quer dizer que o programa a que ela se refere não mais se expressa como emissão, mas como conteúdos manipuláveis.

O emissor não emite mais no sentido que se entende habitualmente. Ele não propõe mais uma mensagem fechada, ao contrário, oferece um leque de possibilidades, que coloca no mesmo nível, conferindo a elas um mesmo valor e um mesmo estatuto. O receptor não está mais em posição de recepção clássica. A mensagem só toma todo o seu significado sob a sua intervenção. Ele se torna, de certa maneira, criador. Enfim, a mensagem que agora pode ser recomposta, reorganizada, modificada em permanência sob o impacto cruzado das intervenções do receptor e dos ditames do sistema, perde seu estatuto de mensagem 'emitida'. Assim, parece claramente que o esquema clássico da informação que se baseava numa ligação unilateral emissor-mensagem-receptor, se acha mal colocado em situação de interatividade. Em outros termos, quando, dissimulado atrás do sistema, o emissor dá a vez ao receptor a fim de que este intervenha no conteúdo da mensagem para deformá-lo, deslocá-lo, nós nos encontramos em uma situação de comunicação nova que os conceitos clássicos não permitem mais descrever de maneira pertinente.

Esta mudança tem implicações paradigmáticas na teoria da comunicação. Na teoria clássica, um conteúdo informacional é uno e indivisível, porque fundado na performance da emissão e na transmissão sem distorções. Nos termos da comunicação interativa reconhece-se o caráter múltiplo, complexo, sensorial, participativo do receptor, o que implica conceber a informação como manipulável, como "intervenção permanente sobre os dados". A teoria da comunicação pode então tratar da informação não como um dado que importa distribuir mais eficazmente, mas como matéria que é preciso ser trabalhada como um bem.

Na perspectiva da interatividade, é preciso que o suporte informacional disponha de flexibilidade, de disposições para a intervenção do usuário. Quando Marchand fala em "dispor de flexibilidade" ou "dispor de instrumentos que permitam intervir", está se referindo a requisitos fundamentais de interatividade que podem ser desenvolvidos nas novas tecnologias informacionais. E quando usa a expressão "serviços de valor agregado" (*services à valeur ajoutée*), refere-se aos serviços que dispõem de flexibilidade, de disposições que permitem a intervenção do usuário. Serviços que não mais se definem em termos de transporte de

informações meramente, mas de seu tratamento. Neles, o jogo está aberto ao utilizador (utilisateur), ao usuário (usager). "De consumidor passivo que era, a despeito do trabalho importante feito pelas associações de consumidor para torná-lo mais avisado, portanto mais exigente, ele pode se tornar ativo, na medida em que os meios dessa atividade estarão ao alcance de sua mão".

Hoje há quem garanta: "Daqui a dez anos vai parecer completamente absurdo ter um aparelho de TV em casa pelo qual você não pode transmitir nada, apenas receber." Marchand tratou dessa mudança em meados da década de 1980. Estamos agora no ano 2000 e a mudança paradigmática analisada pela autora não parou de confirmar-se. Empresários da informática e informatas reconhecem a demanda social por interatividade e anunciam o aprimoramento das tecnologias interativas. Eles prometem uma nova geração de aplicativos para a Internet com funcionamento relativamente simples e preço acessível, prevendo que até meados desta década mais da metade da população mundial usará algum aparelho conectado à Rede. Garantem maior integração de diferentes funções (vídeo, áudio, texto e interatividade) num terminal capaz de enviar, receber e tratar a informação. E vislumbram a possibilidade de o usuário interagir em tempo real com alguém, como em uma videoconferência, ou vincular mídias clássicas como TV, cinema, rádio e imprensa à interatividade da Rede. Quero dizer em suma: parece que o que possa haver de infotecnoburocratização do mundo, coexistirá com a interatividade entendida como lógica da comunicação que rompe com a prevalência da transmissão, da distribuição.

Novas tecnologias e interatividade: vozes que simplificam o debate

J. Baudrillard é a referência mais radical da descrença na interatividade das novas tecnologias informáticas. Ele aproveita oportunamente o confronto do enxadrista Kasparov com o computador Deep Blue da IBM como "altamente simbólico" do "dilema do homem face às máquinas contemporâneas". Neste confronto ele não vê interatividade, mas dominação da máquina sobre o homem. Assim ele diz: "Não há interatividade com as máquinas (tampouco entre os homens, de resto, e nisso consiste a ilusão da comunicação). A interface não existe. Sempre há, por trás da aparente inocência da técnica, um interesse de rivalidade e de dominação."

Baudrillard se mantém irredutível: "Vídeo, tela interativa, multimídia, Internet, realidade virtual: a interatividade nos ameaça por toda parte. (...) Num certo nível maquinal, de imersão na maquinária virtual, não há mais distinção entre homem/máquina: a máquina situa-se nos dois lados da interface. Talvez não sejamos mais do que espaços pertencentes a ela...". Esta é, em síntese, a posição radical de um dos autores mais influentes no que se refere a análise do cenário que envolve a temática pós-moderna e a emergência da nova sociedade tecnológica.

Não compartilho dessa visão simplificadora, que só enxerga a impossibilidade do gênero humano diante das máquinas contemporâneas. O que vejo aqui é o discurso totalizante que acredita expor a totalidade do jogo. Há mais o que dizer sobre interatividade. Entretanto, não deixo de tomar a visão de Baudrillard como alerta importante. Mais do que isto, como contraponto para o diálogo profícuo diretamente ligado à possibilidade da autonomia do sujeito imerso no novo ambiente criado pelas novas tecnologias comunicacionais.

Há outras vozes também simplificadoras uma vez que se identificam com o que há de extrema oposição à visão de Baudrillard. Cito, por exemplo, P. Lévy, para quem as novas tecnologias que viabilizam o ciberespaço e a cibercultura disponibilizam condições para uma comunicação "direta, interativa e coletiva". Ele considera as novas tecnologias comunicacionais como "realização técnica dos ideais da modernidade". E defende que a "cibercultura pode ser vista como herdeira legítima (embora distante) do projeto progressista dos filósofos do século XVIII. Ela valoriza a participação das pessoas em comunidades de debate e argumentação. Na linha das morais da igualdade, ela incentiva uma forma de reciprocidade essencial nas relações humanas. Desenvolveu-se a partir de uma prática assídua de trocas de informações e conhecimentos, coisa que os filósofos do iluminismo viam como principal motor do progresso." No ciberespaço "a liberdade toma forma nos softwares de codificação e no acesso a múltiplas comunidades virtuais, atravessando fronteiras, enquanto a fraternidade, finalmente se traduz em interconexão mundial". E diz mais: o ciberespaço permite realizar uma meta marxista: "a apropriação dos meios de produção pelos próprios produtores". Isto é, a produção aí consiste essencialmente em simular, em tratar a informação, em criar e difundir mensagens, em adquirir e transmitir conhecimentos".

Como provocação pode-se perguntar a Lévy se seu webiluminismo não seria uma ingenuidade diante do ciberpunk tribalizado que faz por si mesmo nos porões do ciberespaço, colocando em questão seu conceito de

"inteligência coletiva" que supõe a participação socializante, descompartimentadora e emancipatória gerada fundamentalmente pela disposição interativa das novas tecnologias de comunicação.

De um lado a fala totalizante à maneira de oráculos do tipo: interatividade é automatização da linguagem que nos deixa silenciados ou, quanto mais se é interativo, menos se existe ou, interatividade é um argumento de venda que faz engolir a pílula. De outro lado a crença em que a liberdade toma forma nos softwares, e que a fraternidade se traduz em interconexão mundial. São vozes que simplificam o debate. Procuvo evitar tais separações maniqueístas que simplificam o olhar diante da realidade. Ao invés de fixar-me numa posição estanque, transito entre os lados opostos da teoria buscando aí dialógica e recursividade.

O social e as tecnologias informáticas: recursividade e interatividade

O criador de programas interativos multimídia D. Kapelian percebeu perfeitamente o salto qualitativo em emergência nas novas tecnologias de comunicação. Para ele, "a palavra mais importante na multimídia é a interatividade, que dá ao usuário a possibilidade de modificar o conteúdo". Entendendo-se por multimídia a conversão operacional de tecnologias informáticas em interface e a conectividade de suas funções integradas, pode-se dizer que a interatividade emerge na esfera tecnológica como consequência natural da própria interação das técnicas e linguagens em cena. As possibilidades de que o usuário passa a dispor (participação-intervenção, bidirecionalidade e multiplicidade de conexões off-line e on-line) apresentam-se então como nova experiência de conhecimento jamais permitida pelas tradicionais tecnologias comunicacionais. Assim diz Kapelian:

Até hoje tivemos muitos produtos com a estrutura de árvore, o multimídia linear, que reproduz um livro, que apenas conta histórias. Este tipo de estrutura já está ultrapassada. No presente só se pode adquirir (receber) a informação, o saber. A grande evolução é ter a experiência, o que é diferente de ter (receber) a informação. O próximo passo da criação será o conhecimento, a participação na elaboração do conteúdo, em sistemas que são muito abertos, o que dará a oportunidade de o usuário ter sua própria experiência de conteúdo, única. Hoje, você pode escolher um caminho entre os possíveis, mas são sempre os mesmos caminhos.

Esta percepção está em sintonia com as conclusões de Marchand: ter a experiência de intervenção no conteúdo da mensagem aberta à manipulação e à co-criação. Definida nestes termos, a interatividade emerge no movimento progressivo das inovações infotecnológicas, mas sem com isto dizer que ela seja meramente um produto da tecnicidade informática. Ou seja, a mudança fundamental no esquema clássico da comunicação não ocorre simplesmente porque o computador tornou-se "conversacional".

Pensar assim é limitar-se à "idéia linear de causa/efeito, de produto/produtor", dirá E. Morin. Para evitar tal "simplificação" este autor propõe o "pensamento complexo", isto é, aquele capaz de perceber o movimento recursivo em que "os produtos e os efeitos são ao mesmo tempo causas e produtores daquilo que os produziu". Pensar assim permite compreender que as tecnologias são interativas também para atender a demanda social por interatividade, para contemplar o interesse do usuário interessado em personalização no tratamento dos produtos e da informação que vai consumir. Em suma: pensar assim permite perceber que a interatividade emerge também no social, que ela não é engendrada pela tecnicidade informática simplesmente.

O pensamento confinado à "causalidade linear" limita-se a constatar que a mudança que opera no receptor vem da utilização das novas tecnologias comunicacionais que exigem dele algumas ações que ultrapassam a mera recepção. Isto é, a interatividade vem com a infotecnologia e causa mudanças de hábito no usuário-receptor, que de passivo passa a operativo. Esse modo de pensar simplifica o conceito de interatividade que diz respeito a mudanças profundas entendidas como transição da lógica da distribuição para a lógica da comunicação. Simplifica inclusive o conhecimento sobre a mudança que opera no social.

A interatividade não emerge somente na esfera técnica. Emerge também na esfera social. A pregnância das tecnologias interativas ocorre não apenas por imposição da técnica e do mercado, mas também porque contemplam o perfil comunicacional do novo receptor. Este, por sua vez, vem aprendendo a não passividade diante da emissão desde o controle remoto. A prática do zapping vem cultivando o interesse do usuário em

interferir na informação que recebe via TV. Ele quer construir seu próprio programa saltando de um canal para outro. Certamente que neste caso não há interatividade, uma vez que zapear não modifica o conteúdo da mensagem, apenas embaralha fragmentos dados, mantendo ainda a posição passiva do consumidor. Mas a prática de saltar de canal em canal compoando uma linearização alternativa não apenas criou este hábito, veio atender ao interesse do receptor incapaz de acompanhar argumentos lineares e daquele que não tolera programação manipulativa. Em suma: o controle remoto responde ao interesse dos públicos, ele não apenas se impõe; este pensamento vale também para a interatividade disponibilizada pela infotecnologia.

Os criadores de programas interativos multimídia, em suas competências profissionais para a escritura interativa, sabem que a evolução acelerada dos produtos info-eletrônicos vai na direção da interatividade. Eles sabem que mais e mais o salto qualitativo da infotecnologia é no sentido de dotar o público de dispositivos de manipulação e de tratamento das imagens e dos sons, no sentido de uma maior adequação entre a oferta e a demanda. E sabem inclusive que a oferta tecnológica caminha no sentido de favorecer aplicações que contemplem o perfil comunicacional do usuário. A partir destas certezas, suas criações dão continuidade à expansão da informática. E esta, num salto qualitativo, resulta na emergência da interatividade.

Há também o salto qualitativo que perfaz a distância do controle remoto até as criações interativas em multimídia, em telemática. Do zapping seletivo à manipulação da mensagem há uma incorporação progressiva de disposições - estas também em progresso - que permitem a evolução do mecanismo dialógico entre produto tecnológico e seus usuários. Mais do que isso: "A recepção é incorporada ao circuito produtivo como mecanismo de diálogo, responsável pela consistência do produto final em cada uma de suas infinitas manifestações" - diz A. Machado. Este autor destaca a incorporação do diálogo no contexto dos "experimentos estéticos no âmbito das tecnologias de ponta (que) tendem a se tornar cada vez mais interativos".

Pode-se falar então em "tratamento cultural do instrumento", em "interseção de racionalidades". A interseção ou imbricação da técnica com o social é afinal a coexistência trágica do imperativo da técnica sobre a espécie humana e da configuração do instrumento a partir do social. No entanto, até mesmo aquele pensamento que vê nessa interseção apenas uma relação meio-fins, apenas otimização e regulação das relações homem-máquina, pode perceber que "a exploração da técnica faz dela marcada e impregnada pelo uso social".

Até mesmo a análise que vê na cultura informática um "totalitarismo" que reorganiza a sociedade pode perceber a inscrição do social na técnica. Cito, nesse caso, E. Trivinho que vê a linguagem informática "contribuindo já, sub-repticiamente, para reorganizar, de forma decisiva e em novas bases, o funcionamento das sociedades tecnológicas existentes". Entretanto, mesmo dizendo assim, ele reconhece que essa linguagem não deixa de ser constituída socialmente. Ele enfatiza que as novas tecnologias informáticas, através de sua linguagem própria ("infossemiose"), "reorganizam a sociedade e alteram hábitos, costumes e práticas", mas não deixa de enxergar "seu entrelaçamento com a cultura".

Insisto na recursividade que movimenta a inscrição da técnica no social e do social na técnica não apenas para cumprir os "mandamentos do pensamento complexo" estabelecidos por Morin. Tomo essa referência teórica, mas não somente para defender a idéia de que a interatividade emerge no movimento recursivo onde a esfera tecnológica tem apenas seu peso, assim como a esfera a social. Tomo esta referência também para evitar a simplificação que recai no ufanismo diante das tecnologias interativas ou no pessimismo incurável diante do "esquecimento generalizado do ser" causado pela tecnologia que subordina o homem.

Por isso, insisto no pensamento aberto à "causalidade recursiva". Ele conhece transitando pelos diversos pontos de vista e aí promovendo dialógica. Assim, não se contenta com o oráculo de Baudrillard que simplifica: não há interatividade com as máquinas; o que há é dominação da técnica. Ele prefere a insegurança e a incerteza do paradoxo (relação de oposição e complementaridade) e não as polarizações na base do otimismo ou pessimismo.

Pensando assim, encontro a evolução da tecnologia na direção da multimídia interativa consumida em massa nas feiras de informática, nas frenéticas liquidações, e a perda da autoria do ser humano subjugado pelo imperativo da técnica. Isto é: ao mesmo tempo a pregnância da tecnologia gerando o "esquecimento generalizado do ser", e a emergência da interatividade entendida não apenas como possibilidade de modificar o conteúdo da mensagem, mas como experiência inovadora de conhecer potenciada no universo infotécnico,

como possibilidade libertadora da autoria do usuário sobre sua ação de comunicar, conhecer e criar.

A participação-intervenção dos públicos

A perspectiva tecnológica analisada por J. Sinova enfatiza as potencialidades interativas contidas nas novas tecnologias comunicacionais, que possibilitam a participação-intervenção dos "receptores" e dos públicos no processo da comunicação coletiva. Este autor situa-se notadamente do lado oposto àquele em que se encontra Baudrillard, para quem não há interatividade com as máquinas, somente rivalidade e dominação.

Sinova parte da percepção de que os públicos são intrusos, não-bem-vindos (invitados de pedra) no atual processo de comunicação: "são a parte débil" diante dos gestores das mídias que selecionam mensagens e controlam todo o processo, excluindo "os verdadeiros titulares da informação, que são os cidadãos". E acredita que as novas tecnologias possam "remediar" a "situação desequilibrada" do processo da comunicação, uma vez que permitem a intervenção do receptor. Ele vibra com essa possibilidade, mas não deixa de alertar: "ou as novas tecnologias acrescentam o poder dos públicos ou haverão fracassado neste aspecto".

Até agora, a intervenção dos públicos nesse processo se realiza somente mediante uma concessão dos gestores. As respostas dos receptores, as respostas dos públicos são selecionadas pelos gestores da comunicação. As chamadas telefônicas ou as cartas que se recebe nos meios de comunicação entram no processo da comunicação mediante um ato de concessão, mediante um ato de generosidade, digamos assim, dos controladores do processo.

A partir desta constatação, ele chama a atenção para "impactos sociais que as transformações tecnológicas podem ocasionar" no processo comunicacional "sumamente desequilibrado". Ele acredita que "as novas tecnologias devem aumentar a presença dos públicos no processo de comunicação", que elas "devem facilitar as réplicas dos públicos aos gestores da comunicação", e que elas "põem nas mãos dos públicos a capacidade de se converterem em gestores de meios de comunicação"

Houve uma época da história em que se pensava que a liberdade de expressão era a liberdade dos empresários da informação, e os próprios empresários reclamavam para eles liberdade, sem se preocuparem com a liberdade dos receptores.

Mas agora, pelo que sugere Sinova, quando chega a vez dos receptores reclamarem para si liberdade de expressão, eles podem contar inclusive com a contribuição das novas tecnologias comunicacionais. Ele repara que atualmente elas apresentam três características que, neste caso especialmente, pesam em favor do receptor: elas barateiam os custos, permitindo que indivíduos ou grupos de indivíduos participem como gestores de informação, e aumentam consideravelmente a capacidade de transmitir informações. E cita o exemplo de um pequeno periódico da Califórnia que conta com a intervenção do leitor na redação das notícias.

Com um computador e um modem, um usuário, mediante inscrição, pode receber, a qualquer hora do dia, o periódico em seu domicílio, o que quer dizer que, mediante uma impressora doméstica, pode dispor do periódico impresso em sua própria casa. Esse processo abre a porta à resposta do receptor e de fato, no caso do San José Mercury News, o receptor que se inscreve nesse serviço, pode, por um lado, se conectar com a Redação e manter diálogo, conversações, diálogo eletrônico com os redatores, para solicitar-lhes mais informações ou novas versões da informação que recebeu, ou protestar simplesmente sobre o que o periódico lhe oferece. E, por outro lado, pode emitir mensagens sobre as questões colocadas pelo periódico, mensagens que não são reelaboradas nem limitadas pelo periódico. De tal maneira, que o leitor inscrito nesse serviço pode se converter em determinados momentos do dia em um transmissor de mensagens, mensagens que imediatamente começam a circular por esse sistema de transmissão.

Sinova quer enfatizar que a própria presença das novas tecnologias facilita a concessão de recursos às

audiências para que possam intervir no processo da comunicação. A exemplo do leitor citado, as audiências podem estar diante da possibilidade de "recuperação de algo de sua soberania para responder ou para intervir no processo da comunicação". O interesse dos públicos em participação, em intervenção, aliado às possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias é uma feliz coincidência que pode resultar na construção de uma nova história da comunicação. A presença dos cidadãos como gestores do processo comunicacional interferindo na televisão local, nas rádios locais, nos periódicos locais, pode favorecer o pluralismo até agora impedido pela concentração dos meios nas mãos de poucos.

Cada vez mais, os públicos estão reclamando ser ouvidos, ter seu espaço nos meios de comunicação. E minha experiência, como diretor de um meio de comunicação, é que esse processo de petição de audiência dos públicos é cada vez mais forte. Ao mesmo tempo, proliferam as associações de telespectadores, os clubes de ouvintes, de leitores, que a sua maneira estão realizando verdadeiras auditorias éticas dos meios. Estão julgando os meios e estão respondendo aos meios, de uma maneira não suficientemente eficaz, no momento, por falta de canais, mas estas associações se aproveitarão sem dúvida dos avanços tecnológicos e reclamarão a disponibilização das novas tecnologias a seu serviço.

Nada disto, entretanto, tem importância para aqueles que seguem os passos de Baudrillard. Eles não acreditam na possibilidade social de participação-intervenção. Estão certos de que os receptores encontram-se passivos e sedentários em seus sofás e, o que seria ainda mais grave, não percebendo a programação como imposição, mas como necessidade.

Num extremo, essa posição que remete ao fantasma orwelliano, isto é, ao controle social engendrado de "maneira soft" pelas novas tecnologias de comunicação que vêm designar apenas interação artificial, compulsória, que operaria como prótese comunicacional. No outro extremo, o fantasma autogestionário garantindo democracia a partir da tecnologia interativa que permite a "inteligência coletiva".

Não me identifico nem com um lado nem com outro. Busco recursividade nessa separação estanque, nesse "ou...ou" que simplifica. Ao mesmo tempo, estou atento ao alerta orwelliano e aberto às possibilidades da "tecnodemocracia". Transito por estas polarizações interessado em potenciar uma nova competência comunicativa. Aí vejo a presença complexa de duas tendências: mobilização e despolitização. Em favor da primeira e contra a segunda, não há como desconsiderar a emergência das novas tecnologias comunicacionais hipertextuais. Mas não me iludo: por si mesma, esta tecnologia não produz participação-intervenção; o que ela faz é potenciar e veicular a autoria do sujeito mobilizado.

Mobilizada e/ou despolitizada, a participação-intervenção dos públicos encontra nas tecnologias interativas cadeias aleatórias complexas de fluxos e flutuações sobre os estados e as coisas. Encontra o crescimento da trama tecnológica gerando ameaças proporcionais às esperanças de bem-estar.

As populações passam a operar tecnologias interativas que podem significar abertura para mais e melhores interações. Ainda assim, elas podem dispor mais do algoritmo combinatório e saber menos como ampliar seu horizonte de possibilidades na perspectiva de um presente e de um futuro menos ameaçados.

| [Voltar](#) |

O técnico em contabilidade e o mercado de trabalho: contexto histórico, situação atual e perspectivas

Cláudio Ulysses F. Coelho*

*Contador. Mestre em Contabilidade pela UFRJ. Assessor Técnico do Senac/DN.
E-mail:claudioulysses@ig.com.br

Em todos os países do mundo e em todas as épocas, o surgimento e o desenvolvimento da profissão contábil sempre estiveram associados à expansão comercial da região.

Como no Brasil o comércio local só se desenvolveu de maneira mais efetiva com a chegada da corte portuguesa ao país em 1807, e com a decretação da abertura dos portos, a profissão contábil, pelo menos sob os aspectos de estruturação e regulamentação profissional, é ainda bastante recente.

Antigamente, o profissional de contabilidade era conhecido de um modo geral como "guarda-livros" e se encarregava da escrituração dos livros mercantis das empresas comerciais. Muito embora já se utilizasse há bastante tempo a nomenclatura "contador geral", esta era reservada àquele profissional que atuava na área pública.

A antiga ocupação de guarda-livros, na verdade, deu origem ao atual profissional técnico em contabilidade. Entretanto, mais do que uma mudança de nomes, observa-se uma completa e complexa mudança do perfil desse profissional.

Além disso, as recentes mudanças no cenário econômico mundial têm confirmado a expectativa, anunciada por alguns estudiosos, da tendência de redução drástica dos níveis de emprego em função da retração do mercado de trabalho em todo o mundo.

Percebe-se claramente a contínua eliminação de algumas ocupações e espera-se que os próximos anos venham revelar ainda maiores mudanças nas relações de trabalho.

Como tais modificações têm influenciado o técnico em contabilidade? Quais são as competências hoje dele requeridas? Quais são as perspectivas da profissão para os primeiros anos desse novo século?

A pertinência dessas questões vai ao encontro do atual momento de reestruturação curricular do curso técnico em contabilidade que, apoiada na Lei nº 9.394/96 e legislações complementares, tem como princípio desenvolver competências para a laboralidade, observando os aspectos da flexibilidade, da interdisciplinaridade e da contextualização na organização curricular.

O que o presente artigo se propõe analisar é o contexto histórico da profissão e as perspectivas profissionais do técnico em contabilidade face a todos os questionamentos levantados.

Breve histórico da profissão no Brasil

A presença de profissionais de contabilidade já se fazia notar no Brasil desde o início de sua colonização. Já em 1549 ocorreu a primeira nomeação feita por D. João III para contador geral e guarda-livros. Contudo, somente em 1770, quando Dom José, rei de Portugal, expede Carta de Lei a todos os domínios lusitanos (incluindo o Brasil), ainda é que surge a primeira regulamentação da profissão contábil no país.

Nela, fica estabelecida a necessidade de matrícula de todos os guarda-livros na Junta do Comércio, em livros específicos, ficando claro que a não inclusão do profissional no referido livro o tornaria inapto a obter empregos públicos, impedindo-o também de realizar escriturações, contas ou laudos.

A lei proibia que os escritórios das casas de negócios contratassem guarda-livros sem matrícula e ainda exigia que, na Contadoria Pública, só fossem aceitos profissionais que tivessem cursado as aulas de comércio.

Desde aquela época se podia verificar a íntima relação e a forte influência da educação no mercado de trabalho, na medida em que a frequência às aulas de comércio garantia melhores condições e status profissional.

O Brasil conviveu até o século XIX com o trabalho escravo e, mesmo depois de sua abolição, ainda por muito tempo o país sofreu uma extrema carência de um processo educacional que atingisse as várias camadas da população.

Apesar das muitas dificuldades, o ensino contábil se desenvolvia timidamente através de algumas publicações que começaram a surgir em maior número, principalmente no final do século XIX, e da criação, em 1809, da aula (escola) de comércio, implantada um ano depois, com a nomeação de José Antonio Lisboa, que se torna o primeiro professor de contabilidade do Brasil.

A primeira regulamentação contábil realizada em território brasileiro ocorreu em 1870, através do reconhecimento oficial da Associação dos Guarda-Livros da Corte, pelo Decreto Imperial nº 4. 475. Esse decreto representa um marco, pois caracteriza o guarda-livros como a primeira profissão liberal regulamentada no país.

Dentre as competências exigidas desses profissionais estavam quase sempre o conhecimento das línguas portuguesa e francesa, a esmerada caligrafia e, posteriormente ao advento das máquinas, o eficiente conhecimento das técnicas datilográficas. Isso pode ser comprovado através das ofertas de emprego destacadas a seguir:

GUARDA-LIVROS
que sabe bem fallar , escrever, e francez, e escripturação
por partidas simples e dobradas , offerece-se para algu-
ma casa de commercio; quem precisar dirija-se a esta
typographia em carta fechada com as iniciaes F. G. H.

Classificados do Jornal do Commercio, Rio de Janeiro 23/01/1850.

Classificados do Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 13/10/1835.

OFFERECE-SE huma pessoa com boa letra
para apromptar alguma escripturação mercan-
til , ou para ajudar algum outro escripturario.
Annunciem ou procurem na rua do Ouvidor
n. 63.

Apesar de sua implantação no início do século XIX, o ensino comercial demorou quase 100 anos para dispor de uma estrutura capaz de torná-lo mais bem preparado para atender as necessidades comerciais do país.

A primeira escola de contabilidade no Brasil, sob a forma de escola de comércio, foi a Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, que surgiu em 1902 como Escola Prática de Comércio.

Três anos mais tarde, o Decreto Federal nº 1 339/05 reconheceu oficialmente os diplomas expedidos pela Escola Prática de Comércio, instituindo dois cursos: um que se chamava curso geral e outro denominado curso superior.

A estrutura curricular do curso geral era essencialmente prática, e previa: Português, Francês, Inglês, Aritmética, Álgebra, Geometria, Geografia, História, Ciências Naturais, Noções de Direito Civil e Comercial, Legislação de Fazenda e Aduaneira, Prática Jurídico-Comercial, Caligrafia, Estenografia, Desenho e Escrituração Mercantil.

Observa-se já aí que a contabilidade estava presente no currículo do curso geral da escola de comércio, visto que a escrituração mercantil era uma das disciplinas previstas.

O que é facilmente perceptível é que naquela época, assim como hoje, as exigências de mercado requeriam uma postura profissional de busca multidisciplinar, com o conhecimento ultrapassando em muito o aspecto essencialmente técnico, o que confirma o pensamento de Camargo, quando escreve que "sem doutrina, sem cultura geral, não se pode ambicionar plenitude no desempenho do exercício da profissão contábil."

Apesar da ênfase contábil apresentada nos cursos de comércio, somente em 1931 instituiu-se o curso de Contabilidade, que tinha no início a duração de três anos e formava o chamado "perito contador". Esse curso concedia ainda o título de guarda-livros a quem completasse dois anos de estudos e eram exigidas as seguintes disciplinas: Contabilidade, Matemática Comercial, Noções de Direito Comercial, Estenografia, Mecanografia, Contabilidade Mercantil, Legislação Fiscal, Técnica Comercial e Publicidade.

Entretanto, o desenvolvimento da profissão só passou a ter razoável evolução a partir de 1946, data da publicação do Decreto-Lei nº 9.295, que criou o Conselho Federal de Contabilidade e definiu, entre outras coisas, o perfil dos contabilistas, a saber: contadores eram os graduados em cursos universitários de Ciências Contábeis; os técnicos em contabilidade eram aqueles provenientes das primeiras escolas técnicas comerciais e que apresentavam, portanto, nível médio; e guarda-livros eram pessoas que, apesar de não apresentarem escolaridade formal em contabilidade, exerciam atividades de escrituração contábil.

Somente com a Lei nº 3.384/58 é que se deu definitivamente, uma nova denominação à profissão de guarda-livros, pois nela fica estabelecido que tais profissionais passariam a integrar a categoria de técnico em contabilidade.

De fato, em termos de desenvolvimento e estrutura de sua legislação profissional, a profissão contábil é bastante recente, tendo sido construída a partir de experiências oriundas de outros países, principalmente os Estados Unidos.

No entanto, há que se notar que a seqüência de acontecimentos legais voltados a estruturação profissional na área contábil em nosso país contribuiu bastante para uma singular característica: a existência em nosso país de muitos profissionais de nível médio.

Situação atual da profissão

O técnico em contabilidade, hoje em dia, pode legalmente obter seu registro profissional no conselho da classe, estando apto, portanto, a realizar todas as atividades contábeis de sua competência, responsabilizando-se inclusive pelos demonstrativos contábeis das empresas. Somente as atividades de perícia contábil e auditoria são reservadas aos profissionais de nível superior.

Para que o registro profissional do técnico em contabilidade seja possível são necessárias a conclusão do curso técnico e a aprovação no exame de suficiência profissional promovido pelo conselho da classe em todo o país.

Esse exame, recentemente estabelecido pelo Conselho Federal de Contabilidade, faz parte de uma série de ações voltadas para a melhoria da qualidade dos profissionais, já que, atualmente, boa parte dos Conselhos

Regionais adota programas de educação continuada por meio de cursos de aperfeiçoamento, seminários ou fóruns de estudos, preocupados com a necessidade de os profissionais se manterem atualizados.

Tais procedimentos são bastante pertinentes e estão coerentemente associados às necessidades mercadológicas atuais, porque esses novos tempos exigem profissionais muito bem qualificados e que necessitam aprender sempre. De fato, a cada momento novidades tecnológicas surgem, tornando obsoletos muitos dos conhecimentos anteriormente adquiridos.

Em razão desse novo cenário, novas competências são requeridas daqueles que pretendem participar e atuar ativamente nesse mercado de trabalho altamente competitivo, de concorrência acirrada e com grande grau de incertezas em face das mudanças cada vez mais rápidas e constantes.

Um questionamento que se poderia fazer é se há mercado para o profissional técnico em contabilidade no atual cenário mercadológico. A resposta para tal pergunta pode ser encontrada em alguns dados estatísticos relacionados com a atuação desse profissional no país.

Em recente pesquisa realizada no município do Rio de Janeiro, cujo objetivo era analisar a demanda por profissionais de contabilidade na região através das ofertas de emprego em anúncios de jornal, verificou-se que 36% das ofertas publicadas se direcionavam aos profissionais de nível médio.

Esses anúncios solicitavam, principalmente, amplos conhecimentos nas áreas fiscal/tributária, financeira, legislação trabalhista e previdenciária, além de conhecimentos gerais de contabilidade e de classificação e conciliação de contas.

Essa pesquisa também demonstrou que não se concebem mais profissionais técnicos em contabilidade que não tenham conhecimentos de informática.

Dados do Conselho Federal de Contabilidade apontam para o fato de que entre seus afiliados há um número muito maior de técnicos em contabilidade do que de contadores.

O quadro 1, a seguir, mostra a participação dos técnicos em contabilidade no contexto profissional brasileiro.

Quadro 1 – Profissionais registrados e ativos nos Conselhos Regionais de Contabilidade

Regiões	Técnicos em Contabilidade	Registrados e Ativos %	Contadores	Registrados e Ativos %
Sul	38.109	58%	27.459	42%
Sudeste	109.136	62%	66.759	38%
Centro-Oeste	17.292	64%	9.627	36%
Norte	7.923	57%	5.888	43%
Nordeste	29.226	62%	17.567	38%
Totais	201.686	61%	127.300	39%

FONTE: Conselho Federal de Contabilidade – dados do ano de 1999.

Com base nessas informações percebe-se claramente que o mercado de trabalho para o técnico em contabilidade não está estagnado. Também não há a perspectiva de desaparecimento dessa profissão.

No entanto, para se manter atuante nesse mercado há que se reconhecer que o técnico em contabilidade de

hoje não é mais o mesmo guarda-livros de períodos passados. Os atributos, tarefas e requisitos exigidos desses profissionais não permaneceram iguais.

Há tarefas que, em períodos anteriores, demandavam, pela sua importância, parcela considerável do tempo de trabalho dos profissionais, mas que hoje, em função do avanço tecnológico, tornaram-se simples e rápidas, perdendo espaço, então, para outras demandas que assumiram maior importância.

Do mesmo modo, muitas competências profissionais exigidas atualmente não eram sequer cogitadas há alguns anos atrás como conhecimentos que o profissional técnico em contabilidade precisaria buscar.

Essa visão equivocada de que o técnico em contabilidade de hoje é o mesmo guarda-livros de antigamente é um estereótipo criado em função da forma como os cursos profissionalizantes eram conduzidos, em que se denotava a visão de um profissional simplesmente cumpridor de dispositivos legais e sem nenhuma capacidade criativa.

Isso pode ser facilmente detectado no Brasil, onde é comum encontrar estudantes que não gostam da Contabilidade nem das questões que a cercam por não verem nelas importância ou utilidade nos dias atuais.

Faz-se necessário, portanto, inserir na estrutura do curso técnico uma visão moderna, coerente com os anseios do mercado e que efetivamente capacite o estudante para o exercício pleno da profissão, que é o que preceitua o artigo 1º, Inciso I do Decreto nº 2.208/97.

Perspectivas de mercado para o técnico em contabilidade

O campo de atuação do profissional de contabilidade, desde tempos remotos, esteve diretamente relacionado ao ambiente empresarial.

De fato, as possibilidades de atuação profissional do técnico em contabilidade são bastante amplas e compreendem as empresas públicas e privadas de um modo geral, independentemente do setor econômico, as organizações não-governamentais e as instituições sem fins lucrativos. O profissional pode atuar ainda em empresas contábeis particulares ou como autônomo.

São as empresas que realizam os negócios que são objeto de registro, controle, análise, acompanhamento e investigação da contabilidade, e é para elas que a Ciência Contábil se dispõe a fornecer informações úteis e que as auxiliem no seu desenvolvimento e crescimento.

Dessa forma, se for preciso verificar tendências de atuação dos profissionais de contabilidade no próximo século, nada mais coerente do que analisar, dentre outros aspectos, qual será o comportamento das empresas nos novos cenários que se apresentam.

A maneira como o mundo tem se modificado nos tempos atuais mostra que é impossível saber o que efetivamente acontecerá no futuro. Isso não impede, no entanto, de se procurar visualizar os possíveis ambientes que se apresentam, no intuito de antecipá-los na tentativa de uma melhor adaptação.

Em qualquer cenário que se desenhe, as empresas estão presentes. Elas não desaparecerão, mas serão diferentes.

Apesar da mudança, elas continuarão necessitando de informações gerenciais relevantes que a Contabilidade, incorporando novos parâmetros e auxiliada pelos recursos tecnológicos emergentes, tem amplas condições de oferecer.

Porém, mais importante do que ter a informação é saber o que se vai fazer com ela, identificando de forma plena e eficaz a sua aplicabilidade.

O técnico em contabilidade precisa estar ciente de que é necessário manter uma postura proativa e muita perspicácia para compreender a sistemática econômico-financeira, política e social, em nível local, regional ou mesmo internacional. Sem essa concepção e consciência, o desenvolvimento profissional fica bastante

prejudicado.

Se quisermos preparar os estudantes para que se tornem profissionais competentes e aptos a participar com desenvoltura no mercado, é preciso que se dê atenção especial a essa questão, além de alguns outros temas essenciais que serão apresentados a seguir.

Em primeiro lugar, a questão ética faz-se presente e assume relevância na formação profissional, pelo fato de que, por vezes, sua importância na contabilidade não é sentida nem pela sociedade, nem pelo empresariado e, até mesmo, em algumas situações, nem pelos próprios profissionais.

Vivem-se tempos difíceis, em que a desconfiança permeia todas as ações governamentais, empresariais e profissionais. Isso torna-se bastante evidente em nosso país, visto que o aumento do número de fraudes, de suspeitas de desvios de verbas e corrupção se junta ao fato de que as empresas brasileiras e sua economia como um todo são das menos auditadas no mundo.

Torna-se importante, portanto, que o estudante reconheça o valor incontestável de uma postura ética como requisito essencial no desenvolvimento profissional.

Um outro fator a ser enfatizado é que, em função da vulnerabilidade de nossa legislação, dos problemas estruturais que nosso país enfrenta e da própria sistemática econômico-financeira do mundo globalizado, é preciso inculcar nos estudantes a necessidade da educação continuada e da atualização constante em assuntos econômicos, sociais e políticos que excedem bastante as questões estritamente técnicas, a fim de se garantir uma efetiva participação no contexto empresarial e mercadológico que se desenha para os próximos anos.

Um bom profissional deve conhecer muito bem sua área de atuação e todas as técnicas que permeiam a profissão, mas a situação atual não comporta mais profissionais descontextualizados, que não enxergam as diversas interligações da sua área de conhecimento com outras.

Por essa razão, é que se torna inaceitável apresentar nos cursos técnicos uma visão da contabilidade numa perspectiva estritamente escritural, baseada na obediência cega ao que prescreve a legislação vigente.

É preciso que o profissional entenda a organização e sua razão de ser, compreendendo seus modelos de gestão, seus objetivos e políticas e suas inter-relações com o ambiente externo. Só assim ele terá condições de ajudar a empresa a crescer, orientando adequadamente seus dirigentes a tomarem decisões acertadas.

A capacidade criativa será, sem dúvida, um fator de destaque e de vantagem competitiva entre os profissionais. O que as empresas precisam é de profissionais que aprendam a buscar as informações e que tenham senso crítico para, ao analisá-las, identificar os pontos efetivamente importantes e responder de forma coerente e consistente ao que lhe foi solicitado.

O técnico em contabilidade do mundo globalizado precisa estar apto a antecipar mudanças e a interpretar e utilizar diferentes ferramentas para tomada de decisões, pois as empresas, independentemente do porte que tenham, vão precisar cada vez mais acompanhar os movimentos do mercado, a fim de garantir um lugar no futuro.

Conclusão

A contabilidade não é, como muitos leigos podem pensar, uma ciência exata, e sim uma ciência social. A característica que cria confusão em relação a essa questão é o fato de que, assim como a matemática e a estatística, ela se utiliza de maneira acentuada de instrumentos quantitativos. Porém, seu objetivo precípuo é atender pessoas, na medida em que controla o patrimônio das empresas e se incumbe de apresentar seus resultados publicamente, através de demonstrativos contábeis, a fim de auxiliar seus usuários (clientes, fornecedores, investidores, trabalhadores, governo, sociedade, etc.) a tomar as decisões pertinentes, baseadas

nas informações oferecidas.

O técnico em contabilidade precisa compreender muito bem que ele não lida somente com números, e sim com pessoas. É importante que tenha uma visão contábil ampla, enxergando-se muito além dos números apresentados em balanços, já que os clientes esperam que o técnico em contabilidade seja capaz de orientá-los sobre o melhor procedimento a tomar em situações conflitantes ou que indique caminhos que melhorem a capacidade produtiva da empresa, ou ainda, que ajude a aumentar a lucratividade do negócio e que não se limite apenas na orientação quanto aos impostos que precisam ser pagos ou ao preenchimento dos formulários previstos na legislação, exigido por órgãos ou repartições públicas.

| [Voltar](#) |

Educação profissional no século XIX - Curso Comercial do Liceu de Artes e Ofícios: um estudo de caso*

Alba Carneiro Bielinski*.

*Prof. de Educação Artística e História da Arte. Museóloga. Pós-Graduada em História da Arte e Arquitetura no Brasil.

Menção honrosa na categoria Estudos de Caso do "Prêmio Senac de Educação Profissional".

Este trabalho relata o significado histórico da criação do Curso Comercial do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, sua importância como marco, no contexto do ensino técnico-profissionalizante do século XIX.

O Liceu de Artes e Ofícios teve a primazia de criar no Brasil, em 1882 - época em que o trabalho comercial era basicamente pautado no empirismo - um curso de comércio regular de 4 anos, gratuito e noturno.

A Sociedade Propagadora das Belas Artes-SPBA é a instituição mantenedora do Liceu. Fundada em 23 de novembro de 1856, por iniciativa privada, com a finalidade de ministrar a educação popular, fundamental e profissionalizante. Foi pioneira na implantação de diversos cursos técnicos para as classes operárias.

A educação profissionalizante sempre lutou arduamente, através dessa instituição, para abrir espaço em nossa terra, mormente no século XIX.

Num país de mentalidade latifundiária e escravista, essa escola que visava, em geral, aos menos favorecidos, e não fazia, para a matrícula, qualquer exigência em relação a idade, nacionalidade, credo, status social ou econômico, teve que enfrentar muitos desafios para prosseguir contribuindo com a formação profissional no país.

O ensino no Brasil e a educação profissionalizante

A cultura e o ensino chegaram ao Brasil-Colônia servindo tanto à catequese dos nativos e colonos, como à colonização e aos objetivos político-econômicos de Portugal.

Com a chegada de D. João, em 1808, começa um novo cenário cultural para abrigar a Corte. A imprensa floresce, e o ensino superior terá a primazia. Na educação, limitada às especulações filosófico-literárias, o culto ao bacharelismo prevaleceu, e com total ojeriza ao trabalho braçal e mecânico.

A mentalidade preconceituosa da época ligava os trabalhos manuais e mecânicos aos trabalhos realizados pelos escravos e pela classe mais humilde, criando assim fortes barreiras ao ensino técnico-profissionalizante. Formar-se doutor era ter a possibilidade de subir no status social e econômico, mas tornar-se fabricante, negociante ou lavrador era situação não desejável para a maioria dos jovens. Essas profissões, segundo opinião geral, eram destinadas aos menos inteligentes ou deserdados da fortuna...

O povo, por sua vez, acreditava que para trabalhar nas oficinas, no comércio, ou na agricultura, não era necessário ir à escola. O orçamento da casa pobre recebia o reforço advindo do trabalho juvenil e mesmo infantil, o que contribuía para que a educação fosse considerada um luxo nas famílias mais humildes.

E, fora da lavoura e dos serviços domésticos, havia muitas maneiras de se aproveitar o trabalho dos escravos e dos menos favorecidos. Uma delas era colocá-los no comércio ambulante, vendendo peixe, frutas, e outras

mercadorias pelas ruas; ou então como auxiliares para tudo dentro de uma oficina.

A educação brasileira do século XIX foi essencialmente destinada à preparação de uma elite e não do povo. Era a erudição ligada ao status social, prestigiada pela vida na Corte, pelas atividades públicas, pelo regime parlamentar, onde a retórica era necessária. Um contraste gritante com a quase total ausência da educação popular.

A iniciativa oficial em relação ao ensino elementar e secundário era precária e inexistente quanto à educação profissional.

O Ensino Comercial no Brasil

O Brasil, no início do século XIX, não possuía tal ensino, os comerciantes iam aprendendo com a experiência adquirida na prática cotidiana de uma casa de comércio. Mas a profissão de comerciante, como outra qualquer, demanda conhecimentos. Assim, com a entrada da Colônia no mundo dos negócios, percebeu-se a necessidade, para a economia nacional, de um comércio instruído e moralizado.

O ensino comercial no Brasil encontra-se diretamente ligado à abertura dos portos da Colônia às nações amigas, ocorrida em 1808, que acabou, na prática, com o pacto colonial. Os hábitos de consumo no Brasil foram alterados com a chegada de grande quantidade de mercadorias e o aumento das casas de comércio, que logo passaram a exigir empregados qualificados.

Com o Brasil tornando-se sede de uma Corte, aparece a necessidade premente de organizar-se a economia da Colônia. O futuro Visconde de Cairu, José da Silva Lisboa, estimulador da iniciativa da abertura dos portos às nações amigas, esforça-se para organizar, com base na Ciência Econômica, o comércio brasileiro.

A primeira Aula Pública de Economia, mais conhecida como Aula de Comércio, proposta e confiada ao futuro Visconde de Cairu, em 1809, para funcionar em horário noturno, estava sujeita à direção e inspeção do Tribunal da Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Era destinada a preparar os empregados do comércio para o exame na Junta Comercial. Iniciativa que, entretanto, não colheu bons resultados.

O ensino comercial não se desenvolvia e a razão principal para tal desinteresse era a idéia de inferioridade das profissões mercantis e o culto ao bacharelismo. Se era para despendar dinheiro com a educação, a escolha recaía nas carreiras que davam status social e título de doutor. E por conta desse desinteresse pelas atividades comerciais, era o estrangeiro que se estabelecia e prosperava no setor.

A denominação foi mudada para Aula de Comércio da Corte, sendo regida pelo Regulamento publicado em 6 de julho de 1846 e desligada da dependência e inspeção do Tribunal da Junta de Comércio, por Decreto da mesma data. Em 1848 possuía 18 alunos no primeiro ano e 26 no segundo, e funcionava na Rua da Conceição, 16.

Por volta de 1851, havia, também, cursos em colégios pagos para meninos, que se diziam "preparatórios para o comércio e para as Academias do Império", onde se ensinava não só a educação primária, como também as matérias necessárias para entrar no comércio e academias. Eram "o Lyceu Commercial na rua do Andarahy, 10; Collegio São Sebastião, em Botafogo, 26; e Collegio João Henrique Freese, no município de Nova Friburgo; Collegio Estrella de Petrópolis".

A Aula de Comércio da Corte foi convertida em Instituto Comercial da Corte ou do Rio de Janeiro, pelo Decreto nº 1.763 de 14 de maio de 1856, expedido em virtude da Lei de 9 de Agosto de 1854 que autorizava a sua reforma, e dava novos estatutos. A Aula de Comércio foi efetivamente extinta no ano de 1857, quando era freqüentada, nos dois anos em que se constituía, por apenas 21 alunos.

A reforma entra em atividade com o Instituto Comercial da Corte, que começa a funcionar em 1858 no edifício do externato do Colégio Pedro II, mas com entrada separada. São 19 alunos: 14 no primeiro ano e 5 no segundo ano. O ensino era pago e diurno, o que concorreu para o fracasso do curso, pois os caixeiros tinham dificuldade para saldar as mensalidades e, não podendo deixar a loja durante o expediente para estudar, acabavam faltando em demasia.

No livro *Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro*, de Joaquim Manuel de Macedo, encontra-se a seguinte citação com relação ao Instituto Comercial:

"Ao lado direito da escada fica uma sala chamada da reitoria, porque é aí que despacha o reitor do externato. /.../ Contígua a esta sala se acha a entrada para a escada da torre da igreja. Em frente a esta escada estende-se o antigo consistório do lado esquerdo do templo, /.../ tendo ultimamente servido para secretaria do colégio, e depois para secretaria do Instituto Comercial /.../

No salão que antes era chamado de sala da música, e /.../ tendo perdido o seu antigo destino, serve atualmente de salão para exames gerais de instrução pública e para a aula de português e caligrafia do Instituto Comercial.

A casa da rua Estreita de S. Joaquim, que é contígua à mesma igreja, é um sobrado que outrora serviu para a habitação dos reitores do colégio, e que, achando-se desocupada, terá segundo se diz, de receber os consertos e obras indispensáveis para se estabelecer nela o Instituto Comercial, que o externato do Imperial Colégio de D. Pedro II hospeda desde 1857. "

No Relatório de 1877, do Ministro dos Negócios do Império, Conselheiro Deputado Antonio da Costa Pinto e Silva, consta:

"Em 1875 matricularam-se no Instituto 29 alunos, dos quais 16 perderam o ano. Ficou, portanto, reduzido a 13 o número dos que freqüentaram as aulas até o seu encerramento. Destes, 1 não prestou exame e 12 foram examinados, com o seguinte resultado: aprovados plenamente em todas as matérias 4; em algumas matérias e simplesmente em outras 2; simplesmente em todas as matérias 3; em algumas matérias e reprovados em outras 3. Nenhum aluno completou o curso. Freqüentaram também as aulas 26 ouvintes.

Em 1876 matricularam-se 27 alunos, dos quais 20 perderam o ano. Dos 7 que concluíram o ano, 3 não compareceram a exame e 4 foram examinados com o seguinte resultado: aprovados plenamente em todas as matérias 2; aprovado plenamente em algumas matérias, simplesmente em outras e reprovado em outras 1; simplesmente em algumas matérias e reprovado em outra 1. Ainda este ano não houve aluno algum que completasse o curso. Foram 26 os ouvintes das diversas aulas.

O Instituto Comercial é uma instituição morta. Os algarismos que aí ficam são disso a mais eloqüente demonstração. Em uma cidade comercial, como a do Rio de Janeiro, mal se pode explicar a razão por que o Instituto Comercial encerrasse o ano letivo com 7 alunos de matrícula. E, pois, urgente extinguir ou reorganizar este estabelecimento, com o qual tão improdutivamente despende o Estado anualmente 20:800\$000."

O Instituto Comercial embora estivesse enquadrado no capítulo de Instrução Primária, tinha uma ressalva, pois também podia ser considerado um estabelecimento de instrução secundária, porque a maior parte das disciplinas que constituíam o seu curso de estudos entrava na classe do ensino secundário.

No ano de 1877 surgiu um outro Instituto Comercial funcionando na Rua do Regente, 19 "desde as 5 da tarde até depois das 8 horas" com aulas de Contabilidade e Escrituração Mercantil, Geografia, Direito Mercantil; Economia Política; Francês, Inglês, Matemática, Alemão, Caligrafia e Desenho Linear, conforme anúncio. Mas não se tem notícias de sua continuidade.

A tentativa de implantação eficiente de uma Aula de Comércio não produziu o efeito desejado. O Instituto Comercial, que a substituiu, não conseguiu ministrar ensino compatível com as necessidades do comércio fluminense, o que provocou total ausência de alunos e o esquecimento do povo.

O que concorreu, também, para o desaparecimento do Instituto Comercial, conforme o editorial do *Cruzeiro* de 26 de junho de 1882, "era o vício originário do papelório; para que cada alumno alli penetrasse exigia-se-lhe tantos documentos e informações, que logo aos primeiros passos desanimava o aspirante à

matrícula."

Enquanto se percebiam as carências e as falhas do ensino comercial-profissionalizante ocorreu a iniciativa da criação do Curso Comercial do Imperial Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, em 1882. Curso gratuito, em horário noturno, e que recebeu o número surpreendente de 478 candidatos à matrícula na primeira série que então se iniciava.

Em 1882 no Relatório do Ministro de Estado encontramos a confirmação de que "O Instituto Comercial há muito não funciona por falta de alunos. Tendo o Liceu de Artes e Ofícios aberto as aulas para o curso comercial, o governo resolveu extinguir o Instituto."

No final do século XIX, com o incremento e a complexidade das transações comerciais, vão surgir novos cursos.

O também denominado Instituto Comercial do Rio de Janeiro criado pelo Decreto nº 98, de 26 de junho de 1894, e extinto em 1902, sobre cujo funcionamento não se encontra maiores dados.

Um outro Instituto Comercial do Distrito Federal também foi fundado por Decreto da Prefeitura nº 28, de 30 de novembro de 1894, na Praça da Aclamação, 24; com corpo docente constituído por 11 professores, e pagamento de matrícula. Reformado pelo Decreto nº.52 de 9 de abril de 1897, estabelece: "o Instituto Comercial é destinado ao ensino teórico e prático daqueles que se dedicam ao comércio ou a qualquer das função que com ele se relacione."

No início do século XX, à vista da expansão comercial do país e das exigências de caráter administrativo, surge a necessidade de organizar o ensino comercial, de maneira uniforme, em todo o país, e em 1902, são criadas a Academia de Comércio do Rio de Janeiro, e a Escola Prática de Comércio de São Paulo, mas com aulas diurnas e mensalidades. Em 1905, por intermédio da Lei n. 1.339, eram reconhecidos pelo Governo Federal, com validade em todo o território nacional, os diplomas conferidos pelas duas instituições. Com isso, implicitamente se reconheciam, também, os Cursos Geral e Superior de Comércio, por elas ministrados, e os planos de estudos como padrões a serem imitados

Mas coube ao Imperial Liceu de Artes e Ofícios o mérito de ser o primeiro estabelecimento, no século XIX, a ministrar o ensino comercial no Brasil com sucesso, de forma regular e metódica, em curso de 4 anos, noturno e gratuito, visando à profissionalização dos caixeiros ou dos que quisessem entrar nesse ramo profissional.

O Curso Comercial do Imperial Liceu de Artes e Ofícios

Francisco Joaquim Bethencourt da Silva, idealizador e fundador da Sociedade Propagadora das Belas Artes-SPBA, mantenedora do Liceu, criou o lema "Combater a ignorância é defender a liberdade" para essa instituição que tinha por finalidade o ensino técnico-profissionalizante para a classe operária ou menos favorecida.

Béthencourt da Silva, diretor do Liceu e trabalhando, desde 1879, no projeto de sua autoria para a construção da terceira Praça de Comércio, atualmente Centro Cultural do Banco do Brasil, havia percebido, através do constante contato com os representantes da classe mercantil, a extrema necessidade da implantação eficiente de um curso profissionalizante ligado à área em questão. Preocupou-se, então, ante a premente necessidade de qualificação profissional, em proporcionar para os caixeiros - como eram chamados os que trabalhavam no comércio - e para as classes populares um curso especializado nas atividades mercantis. O Curso Comercial do Imperial Liceu de Artes e Ofícios foi inaugurado em 26 de junho de 1882, com o aval da Associação Comercial do Rio de Janeiro, e o apoio da imprensa da época.

No relatório do Liceu de 1882, consta que a Sociedade Propagadora das Belas Artes, animou-se a promover a criação de um Curso Comercial onde:

/.../ " jovens aspirantes achassem sem prejuízo de seus trabalhos diurnos, em horas adaptadas ao estudo, o ensino que necessitam para o elevado desempenho de sua tão complexa carreira quanto árdua carreira./.../

Neste sentido, feitos pela Directoria os estudos indeclináveis para a delineação e plano que projectava, procurou, antes de emprender qualquer medida, consultar pessoas abalisadas, negociantes desta praça e principalmente a Associação Commercial do Rio de Janeiro, que, representante do commercio, melhor podia avaliar o generoso tentamen."

Assim, em 27 de fevereiro de 1882, o diretor do Liceu, Béthencourt da Silva, enviou officio ao Visconde de Tocantins, presidente da Associação Commercial do Rio de Janeiro expondo o projeto de criação de um curso comercial gratuito e "em horas já livres dos afanosos trabalhos em que se empregam os moços do comércio, e que por isso mesmo aptos à frequência delles, sem embaraçar o desempenho dos deveres diurnos." Cita, como é comum a cada classe em todo o mundo, "a educação peculiar e técnica da respectiva profissão, e a necessidade específica dessa educação que promove a atividade de todas as indústrias, e envolve no seu trabalho capitais alheios". Envia um programa de estudos e solicita a colaboração para o aperfeiçoamento do mesmo. Constata a urgência do corpo comercial fluminense ter para os "vindouros commerciantes uma regular e methodica aprendizagem litterária dos uteis conhecimentos de que precisam os jovens auxiliares de todos os multiplos trabalhos comerciais da praça." Alude aos anteriores esforços do Governo, mas sempre infrutíferos, para implantar um curso regular com bases convenientes, que além do peso oficial de uma escola do Governo, "possuía regime contrário à índole e às necessidades, com exigências de preparatorios difficeis", e onde as horas escolhidas para o ensino, etc., tornam impossíveis a frequência dessas aulas. Reforça que:

"o Lyceu de Artes e Officios, que no já longo desempenho de sua missão civilisadora tem dado incontestaveis provas de realisar condignamente as idéas que tem concebido, nada pedindo para si, além do auxilio indispensavel ao custeio material das suas aulas, tem fê que constituido este curso, mais uma vez provará quanto valem em um paiz livre, e quanto são proveitosos para os triumphos perduraveis de uma nação, as aulas de iniciativa individual; escola onde, sem imperar o fastidioso systema papelorio do governo e a compressão de uma administração superior, quasi sempre alheia à peculiaridade technica do professorado, se promove o ensino fraternal do povo para o povo."

Em resposta, a 11 de março de 1882, em officio e também assinado por todos os membros da directoria da Associação Commercial, o Visconde de Tocantins agradece e discorre sobre a necessidade de um curso dessa natureza, gratuito e de iniciativa particular, a horas apropriadas e com matérias suficientes. Deixa a missão de opinar sobre o plano de estudos para as pessoas competentes que irão colaborar com o Liceu em tal plano. Aplauda o projeto, desejando êxito e espera que o Liceu consiga: "introduzir no país o ensino comercial tão necessário ao preparo das novas gerações, das quais dependem a criação de capitais nacionais e o desenvolvimento industrial do país."

A Directoria do Liceu resolveu convocar uma reunião com diversas personalidades da imprensa e do comércio, e de outras classes da sociedade.

No dia 12 de março de 1882, ao meio dia e a convite de Béthencourt da Silva - Diretor do Liceu, reuniram-se numa das salas deste estabelecimento, vários representantes do comércio, das artes e da imprensa. A reunião tinha por finalidade apresentar o projeto para o Curso Commercial, que para ser rapidamente implantado, aproveitaria algumas aulas de outros cursos, já existentes no Liceu e necessárias ao novo curso. Foi lido pelo diretor o officio que enviara à apreciação da Associação Commercial, com a resposta favorável, que recebeu, inclusive, total acolhimento.

Após a leitura dos officios, o diretor pediu aos presentes que se pronunciassem a respeito do novo curso. Algumas pessoas tomaram a palavra como: Dr. Honório Augusto Ribeiro, Comendador Ramalho Ortigão, Sr. José Carlos de Carvalho, Sr. Montóro, Dr. Lopo Diniz Cordeiro. Sugeriram criar uma comissão que de acordo com o corpo docente do Liceu revisse o programa colocado à apreciação e se encarregasse de promover os meios necessários à criação e manutenção das novas aulas. A comissão ficou composta pelos seguintes senhores que se achavam presentes: Barão de Mesquita, Barão de São Francisco, Dr. Honório Augusto Ribeiro, Eduardo Lemos, A. C. Chaves Faria, Hermann Joppert, Dr. Ponciano Machado, F. L. Araújo Ferraz, J. C. Ramalho Ortigão, Henrique Chaves e Felix Ferreira.

O Dr. Lopo Diniz, o Dr. H. Augusto Ribeiro e o Dr. Carlos de Carvalho se ofereceram para lecionar direito

mercantil, o Dr. Luiz Raphael Vieira Souto ofereceu-se para reger a cadeira de economia política e os Srs Gregório de Almeida e Jeronymo Simões para a de escrituração mercantil.

Foi lavrada, em seguida, uma Ata instaladora do Curso Comercial do Imperial Liceu de Artes e Ofícios, onde:

" /.../ convencidos do merito excepcional d'esta instituição, cujo objecto é o preparo scientifico de futuros negociantes, isto é, a constituição dos melhores e mais fortes elementos do progresso das nações, da civilização dos povos e do futuro da humanidade: os abaixo assignados se propõem a auxiliar por todos os modos de sua influencia pessoal o desenvolvimento de tão patriótico plano /.../":

A. C. Chaves Faria,	Gustavo Diederichsen,
A. J. S. Sarmiento Junior,	Henrique Brow,
Albino José de Freitas Castro,	Henrique Chaves,
Angelo Agostini,	Henrique Leuba,
Antonio José Fontes,	Henrique Reis,
Antonio José Alves Coelho,	Hermann Joppert,
Barão de Mesquita,	J. C. Ramalho Ortigão,
Barão de Nogueira da Gama,	Jacomo Nicoláo de Vincenzi,
Barão de São Francisco,	Jeronymo Simões,
Carlos Guilherme Gross,	João Teixeira de Abreu,
Diogo de Vasconcellos,	João Valverde de Miranda,
Dr. Lopo Diniz Cordeiro,	Joaquim José Duarte,
Dr. Augusto Saturnino da Silva Diniz,	José Carlos de Carvalho,
Dr. Honório Augusto Ribeiro,	José F. de Noronha Feital,
Dr. João Marinho de Azevedo,	José Fellipe Pestana,
Dr. Luiz Raphael Vieira Souto,	José Mendes de Oliveira Castro,
Dr. Ponciano Machado,	Leandro Sanches,
Eduardo Lemos,	Leon Mestens,
Emílio Gomes da Costa Miranda,	Lourenço Tavares,
Emilio Nielson,	Luiz de Malafaia,
F. J. Béthencourt da Silva,	Manoel Salgado Zenha,
Felix Ferreira ,	Reinaldo C. Montóro,
Francisco I. d'Araújo Ferraz,	Tobias L. Figueira de Mello,
Francisco M. Cordeiro de Souza,	Valerio C. Netto Filho,
Francisco Ramos Paz,	Visconde de Tocantins,
Gregório de Almeida,	Wencesláo Guimarães.
Guilherme Bellergarde	

O Edital no jornal Cruzeiro de 13 de março de 1882 transcreve a reunião da véspera, onde foi apresentado o plano elaborado para o Curso Comercial com as seguintes disciplinas: português, francês, inglês, alemão, aritmética, álgebra e noções gerais de geometria aplicada a estereometria (cálculo do volume dos sólidos), geografia, desenho linear, contabilidade, escrituração mercantil e elementos primordiais das ciências econômicas, caligrafia, redação e estilo comercial, história e estatística comercial, economia política, direito comum e mercantil, e que "teria, além de um anno de preparatorios, quatro annos

de estudo, sendo tres do curso normal e um superior, de acordo com a disponibilidade de recursos, aproveitando, inclusive, algumas aulas do ensino profissional que já funcionavam."

Escudada na formal e solene aprovação do comércio e da imprensa, que se manifestaram claramente favoráveis à criação do Curso Comercial, a Diretoria do Liceu prosseguiu os preparativos.

Em 15 de março de 1882, cumpre o dever de dar conta ao Conselho da Sociedade Propagadora das Belas Artes-SPBA, dos procedimentos realizados para instituir um Curso Comercial. Na reunião realizada, considerou-se fundado o Curso Comercial do Imperial Liceu de Artes e Ofícios, cuja utilidade para a carreira mercantil era inquestionável.

A Diretoria avançou com o projeto, julgando-se plenamente amparada pela Associação Comercial, pois nos estatutos da mesma constava a cláusula de manter uma escola especial para o comércio; e confiante, também, na proteção do Governo, ao qual as contribuições mercantis impunham a obrigação de manter um ensino dedicado à classe.

Após o anúncio da matrícula, inscreveram-se 478 indivíduos, dos quais 261 foram considerados habilitados para a frequência do 1º ano do curso. Número, ainda assim, elevado diante da previsão inicial de vagas feitas pelo Liceu. Os restantes foram convidados a freqüentar as aulas do Liceu como preparatório para a respectiva matrícula nas aulas de comércio.

Tamanho procura e aceitação do curso demonstram a relevância desse estabelecimento e a sua importância na época, em contraste significativo com o encerramento das aulas do Instituto Comercial, por total falta de alunos.

Para ingressar no Liceu não havia exigência de qualquer espécie, e para ser matriculado bastava que o aluno se apresentasse e fornecesse os dados para a estatística anual, sem requerimentos ou certidões inúteis. E também não era exigido para admissão, nenhum outro exame que não fosse o essencial à indicação do aluno para as disciplinas iniciais.

A estatística das inscrições para o Curso Comercial, retirada do Relatório do Liceu de 1882, mostra quem eram esses candidatos por:

Nacionalidade		Idade		Estado civil		Profissão	
Brasileiros	373	De 12 a 15 anos	45	Solteiros	433	Empregados do comércio	350
Portugueses	95	De 16 a 20anos	183	Casados	42	Estudantes	56
Italianos	3	De 21 a 25 anos	151	Viúvos	3	Artistas	48
Espanhóis	2	De 26 a 30 anos	66			Empregados públicos	17
Franceses	1	De 31 a 35anos	21			Empregados do Foro	2
Inglese	1	De 36 a 40 anos	4			Militares	2
Austriacos	1	Maiores de 41 anos	8			Empregados municipais	1
Argentinos	1					Professores	1
Paraguaios	1					Farmacêuticos	1
Total	478		478		478		478

--	--	--	--	--	--	--	--

Em relação às matrículas no 1º ano, por:

Nacionalidade		Idade		Estado civil		Profissão		Disciplina	
Brasileiros	214	De 12 a 15 anos	16	Solteiros	236	Empregados do comércio	198	Desenho geométrico	361
Portugueses	40	De 16 a 20anos	104	Casados	25	Estudantes	24	Caligrafia	261
Italianos	3	De 21 a 25 anos	86			Artistas	24	Português	261
Espanhóis	1	De 26 a 30 anos	44			Empregados públicos	11	Francês	261
Franceses	1	De 31 a 35anos	4			Farmacêuticos	1	Aritmética	261
Ingleses	1	De 36 a 40 anos	4			Militares	1		
Austríacos	1	Maiores de 41 anos	3			Empregados municipais	1		
						Professores	1		
Total	261		261		261		261		1.305

O Liceu teve que efetuar obras indispensáveis para acomodar tão elevado número de alunos que excedeu os cálculos iniciais. Teve de arcar com as dificuldades quase insuperáveis, para a criação do curso comercial pois os auxílios esperados faltaram. Até a Associação Comercial faltou com a ajuda prometida, em virtude do agravamento da crise financeira no país e a situação precária da instituição ocorrida entre os anos de 1882 e 1890, quando teve, inclusive, de englobar num único volume os relatórios de 1882 e 1883 por medida de economia, e suspender a publicação dos referentes aos anos de 1887, 1889 e 1890. As obras da sua Praça de Comércio, na Rua Primeiro de Março, também foram paralisadas várias vezes.

Mas, sem descurar dos cursos técnico-profissionalizantes que possuía, o Liceu superou os percalços que surgiam. Em 1882, a soma das matrículas, em todos os cursos noturnos e gratuitos do Liceu, era de 3044, distribuída em 1898 alunos para os cursos profissionais para o sexo masculino, 885 para as aulas profissionalizantes do sexo feminino e 261 para o novo curso comercial.

O Liceu de Artes e Ofícios possuía, quando da fundação do Curso Comercial, uma excepcional organização e administração, onde o trabalho do corpo docente era gratuito, e a dedicação da Diretoria da Sociedade Propagadora das Belas-Artes buscava "meios para remover mil urgências do ensino, auxílios para alunas excessivamente pobres, empregos para muitos alunos, e o que é mais custoso, meios para a conclusão das obras do edifício, imprescindíveis para a acomodação completa dos alunos, e tudo isso sem esquecer ainda de aproveitar as aulas existentes para a criação de novos cursos."

Assim, no dia 26 de junho de 1882, às 7 horas da noite, com grande sacrifício e totalmente às expensas da Sociedade das Belas Artes, inaugurou-se no salão principal do Liceu o Curso Comercial. Compareceram à solenidade, manifestando apoio, o Imperador D. Pedro II e numerosas pessoas ligadas ao comércio e à política, como por exemplo o Visconde de Tocantins, e os senadores Rodolfo Dantas e Silveira da Motta. Pronunciaram discursos o vice-presidente da Sociedade Propagadora das Belas Artes, Comendador Victorino de Barros; o Vice-diretor do Liceu, Dr Diniz; e o Comendador Ramalho Ortigão, representante da classe comercial nesta solenidade, que ressaltou para os alunos a vantagem da instrução para os que se destinam à profissão de comerciante. Em seguida Sua Majestade percorreu todas as aulas de ambos os sexos, acompanhado do Ministro do Império, retirando-se às 20:30 horas.

A Imprensa do Rio de Janeiro aplaudiu calorosamente a iniciativa, como podemos observar em editoriais e artigos da época sobre o assunto.

As aulas inauguradas, especialmente para o primeiro ano do curso, foram: português, francês, aritmética,

desenho linear e caligrafia, ministradas por: Candido Elias Mendonça de Carvalho, Joaquim Borges Carneiro, Dr. Antonio Zeferino Candido, Dr. Vicente de Souza, Luiz da Silva Reis, Alberto Madei, Luiz Paulo Leal Nabuco de Araújo, Dr. Licinio Chaves Barcellos, E. Gambaro, Eugenio Barros Raja Gabaglia, Dr. Alfredo de Paula Freitas e Theophilo Coelho Dias. Corpo docente que não recebia qualquer remuneração, como os 60 professores dos outros curso profissionalizantes do Liceu. Desde a fundação, até a década de 30 do nosso século, os professores do Liceu trabalharam gratuitamente e com assiduidade para a educação popular, alguns por mais de 25/30 anos.

O comércio da capital que tinha a fama de amparar generosamente, com o seu erário aberto, esqueceu-se do Liceu e deixou a Sociedade Propagadora das Belas Artes-SPBA em sérios embaraços para o prosseguimento das obras destinadas ao Curso Comercial.

Os que procuraram, realmente, minorar as dificuldades foram: o Conselheiro Rodolpho Epiphanio de Souza Dantas, que , no cargo de Ministro dos Negócios do Império, espontaneamente mandou entregar à SPBA 19:500\$ de donativos que obteve para o exercício das aulas; o Barão da Vargem, por indicação particular do Visconde de Tocantins, doou 10:000\$; e o Sr. Alexandre Wagner, ao retirar-se desta Corte, e por indicação do negociante Comendador José Mendes de Oliveira Castro, doou 5:000\$. Essas quantias aplicadas às obras mal chegaram para o pagamento de contas relativas aos trabalhos de ampliação do número de salas necessárias para acomodar convenientemente o novo curso.

A Diretoria, sem esmorecer, procurou os meios para sair da embaraçosa situação e contou com o apoio da Imprensa - que em muitos artigos publicados no Jornal do Comércio , Gazeta de Notícias e Cruzeiro - demonstraram todas as convincentes razões da utilidade de ter o comércio fluminense uma escola como a do Liceu.

Mas, apesar do reconhecimento público das autoridades e da imprensa ao trabalho executado pelo Liceu em prol da educação popular técnico-profissionalizante, ao suprir essa imensa lacuna na educação do país, o peso maior dos recursos pecuniários vieram de doações particulares. O próprio Governo Imperial, como consta do relatório do Ministro, " entendendo que o Lycêo prestava um alto serviço creando esse novo curso, julgou acertado extinguir de todo o Instituto Commercial, onde não havia um só alumno matriculado, embora passasse para o auxílio do Lycêo alguma cousa da verba votada para aquelle estabelecimento."

As causas que concorreram para o fechamento do Instituto Commercial mantido pelo Governo, foram a falta de alunos, devido à má organização do programa que visava um estudo mais acadêmico que profissionalizante, e os embaraços, que sempre os pretendentes aos cursos encontravam para a matrícula oficial, como por exemplo o pagamento de matrícula e mensalidades.

Embaraços que não existiram no Liceu, onde bastava, para ser matriculado, que o aluno se apresentasse, sem requerimentos e certidões inúteis, e onde não havia distinção de posição, raça ou nacionalidade.

Assim, enquanto um curso fechava por falta de alunos, o Liceu teve inscritos 478 alunos, matriculando 261 e permitindo que os outros freqüentassem, como ouvintes, aulas avulsas de preparação.

O Liceu de 1858 até 1883, de acordo com as estatísticas da instituição, recebeu o total de 23.026 alunos; e possuía, no ano de 1882, 40 salas e 15 gabinetes para cursos relativos a 50 profissões. O número de matrículas era surpreendente se comparado com o de estabelecimentos públicos e particulares, e que nem ao menos conseguiam rivalizar. Os seus ex-alunos formavam a maior parte de operários que integravam as oficinas particulares e os arsenais do Estado. Eram vários também os estrangeiros de diversas nacionalidades que se formavam em seus cursos. Muitos dos ex-alunos dessa instituição de instrução popular, galgaram altos postos na vida pública do país, após prosseguirem nos estudos.

Apesar de todos as vissitudes conseqüentes da absoluta falta de espaço para abrir novas aulas, o Liceu foi a escola, em todo o Império e em boa parte do século XX, que maior número de alunos recebeu em suas salas.

O ensino profissionalizante do Imperial Liceu de Artes e Ofícios completou-se com o Curso Comercial.

A trajetória do Curso Comercial do Liceu de Artes e Ofícios

Esse Curso de Comércio, que funcionou de maneira eficaz, regular e metódica no Império, no início da República, e nas Repúblicas Velha e Nova, permaneceu até 1998. Tornou-se o mais antigo Curso de Comércio, de quatro anos contínuos, gratuito, noturno, com frequência expressiva e efetivo aproveitamento. Conseguiu introduzir definitivamente e com pleno sucesso os estudos mercantis à classe dos comerciantes.

Foi, também, o único curso regular durante 20 anos, até surgir a Academia de Comércio do Rio de Janeiro, fundada em 1902, já na República.

Em 1933, o curso então com o nome de Escola de Comércio do Liceu foi reconhecido por ato da Diretoria do Ensino Comercial. Na década de 40, a denominação foi mudada para Escola Técnica de Comércio Béthencourt da Silva, em virtude da necessidade de acompanhar e se adequar à última legislação sobre esse ramo. Manteve o curso básico, em quatro séries; e o técnico de contabilidade, em três, sendo a escola permanentemente fiscalizada pela Diretoria do Ensino Comercial do Ministério da Educação e Saúde.

Seu caráter de gratuidade permaneceu até 1958, quando, a partir da perda da antiga sede na Avenida Rio Branco/174 e dos aluguéis das lojas existentes nesse prédio que revertiam para a instituição, teve que se mudar para a Rua Frederico Silva 86, na Praça Onze. Para continuar sua trajetória., teve de recorrer às contribuições mensais do alunado.

O Liceu foi autorizado a organizar, na década de 70, além do Curso Comercial da Escola Técnica de Comércio Béthencourt da Silva, novos cursos, todos profissionalizantes de segundo grau, em número de treze, compreendendo as áreas de comércio e serviços, tecnologia e saúde.

Todas as mudanças e reformas propostas por Lei ou Decreto, relacionadas à instrução comercial, o Liceu acatou e efetuou as modificações exigidas. Buscou sempre atualizar os cursos, aperfeiçoando o ensino.

Em 19 de janeiro de 1981 foi autorizado o funcionamento da Faculdade Béthencourt da Silva-FABES, com os cursos de licenciatura em Técnicas de Comércio e Serviços, habilitações em Administração e Comércio, e Técnicas Industriais, habilitações em Eletrônica e Construção Civil. A Faculdade foi reconhecida em 1987³⁷ e a autorização ministerial para o funcionamento dos cursos de bacharelado em Administração e Ciências Contábeis ocorreu em 5 de agosto de 1993.

Conclusão

Coube à Sociedade Propagadora das Belas Artes e ao Liceu de Artes e Ofícios, devido à visão pioneira de Béthencourt da Silva sobre educação profissional, a criação e a implantação bem-sucedida do primeiro curso comercial no Brasil.

É interessante observar que o Liceu de Artes e Ofícios foi uma instituição que recebeu o título de Imperial, o que caracterizava um reconhecimento oficial. Era, também, reconhecido por nacionais e estrangeiros, como a primeira escola de educação profissional da América do Sul, e como educandário que, em suas salas, recebeu o maior número de alunos em todo o Império, se comparado com outros estabelecimentos similares.

As primeiras tentativas de criar um curso comercial resultaram em fracasso. A Aula de Comércio, mudou de nome duas vezes, buscando se adaptar e sobreviver. Mas, efetivamente, era o mesmo curso, sem perspectivas e com programa não compatível com as reais necessidades dos empregados do comércio.

Nesses cursos os alunos escasseavam, e no curso comercial do Liceu o número de alunos superavam as expectativas, reflexo do valor que a sociedade atribuía ao seu ensino.

O Curso Comercial do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro foi pioneiro como curso comercial regular de quatro anos, gratuito, noturno, com conteúdo adequado, de caráter técnico-profissionalizante, e de cunho realmente social, pois visava as classes menos favorecidas e trabalhadoras e que não podiam dispor do período diurno para estudar.

O nosso objetivo foi preencher a lacuna da história do ensino profissional no país, permitindo ao término reconhecer como marco, por ter realizado a primeira experiência realmente positiva no Ensino Comercial do

Brasil, o Curso Comercial do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro.

| [Voltar](#) |
